



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**"INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE: OS DESAFIOS DE SUA IMPLANTAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO/COMPLEMENTAÇÃO
DO QUADRO DOCENTE"**

JUAREZ NELSON ALVES DE LIMA

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**"INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE: OS DESAFIOS DE SUA IMPLANTAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO/COMPLEMENTAÇÃO
DO QUADRO DOCENTE"**

JUAREZ NELSON ALVES DE LIMA

**Orientadora:
Prof^a. Dra. Celia Regina Otranto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica - RJ
Março de 2010

378.120981

L732

T

Lima, Juarez Nelson Alves de, 1950-

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense: Os Desafios de sua Implantação e Qualificação/Complementação do Quadro Docente / Juarez Nelson Alves de Lima - 2010.

84 f.: il.

Orientador: Celia Regina Otranto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 40-42.

1. Universidades e faculdades - Corpo docente - Brasil - Teses. 2. Qualificações profissionais - Brasil - Teses. 3. Professores universitários - Teses. I. Otranto, Celia Regina, 1947-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

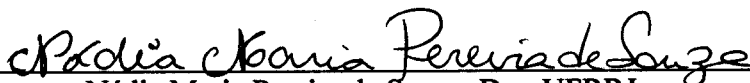
JUAREZ NELSON ALVES DE LIMA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

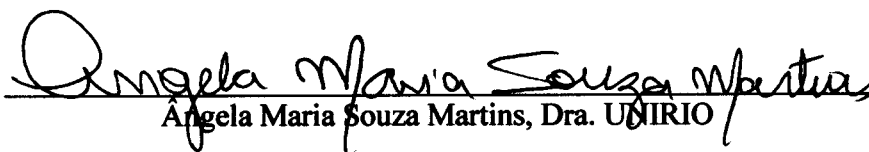
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02 de março de 2010.



Célia Regina Otranto, Dra. UFRRJ



Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ



Ângela Maria Souza Martins, Dra. UNIRIO

AGRADECIMENTO

A **DEUS**, por ter-me concedido sabedoria e inteligência para aprender, humildade para defender e alcançar o título de mestre.

Agradeço a minha Orientadora, professora Dra. Celia Regina Otranto, por ter-me dado este voto de confiança, pela paciência, exigência, compreensão, pelo carinho e apoio nos momentos difíceis.

Um agradecimento especial aos amigos Léo Serpa e Claudimir A. Carminatti, por tudo que me proporcionaram: atenção, carinho e amizade. Pela força e energia que, positivamente, me ajudaram a vencer mais esta etapa.

Ao Programa Pós-Graduação Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pela oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas durante esta jornada de conhecimento.

Ao IFC-Campus Camboriú, antigo Colégio Agrícola de Camboriú, pelo empenho das pessoas em possibilitarem o desenvolvimento da minha pesquisa, com muita atenção e solidariedade.

Ao Diretor Geral do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, Sr. Augusto Vitório Servalin, pelo apoio e carinho.

Aos mestres, que com sapiência e dedicação transmitiram o conhecimento.

À querida Prof^a. Sandra Sanches, pelo seu carisma, carinho, amizade e sabedoria com que tratou cada um de nós mestrandos.

Aos amigos do PPGEA, em especial, Cristina Oliveira do Nascimento, Marize Setúbal Sampaio, Nilson Brito de Carvalho, Luiz Wanderley de Moura Brito e Paulo Ferreira Geraldo, pela atenção, dedicação e carinho, sempre prontos para nos atender da melhor forma possível.

RESUMO

LIMA, Juarez Nelson Aves de. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense: Os Desafios de sua Implantação e Qualificação/Complementação do Quadro Docente. Seropédica (RJ): 2010. 105 p. Dissertação (Curso Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

Em 2007, o Governo Federal propôs, através de uma Chamada Pública do Ministério da Educação (Brasil, MEC/SETEC Nº. 2/2007), intitulada “Chamada Pública de Propostas para a Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” – a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Em 29 de dezembro de 2008 a Lei nº 11.892 deu nova configuração à Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, implantando oficialmente os Institutos Federais. A diretriz legal incluiu apoio à implementação da nova infraestrutura, com a exigência das instituições continuarem com a oferta de: 50% do ensino médio, 20% licenciatura, 30% tecnológicos e bacharelados na área de engenharia, pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. O presente estudo analisa a implantação do Instituto Federal Catarinense - *Campus* Camboriú, investigando o impacto da transferência com foco especial nas necessidades relacionadas à ampliação e qualificação do quadro docente. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter “estudo de caso”, tendo como foco de análise o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, composto por seis *campi*, porém, o universo amostral foi o *Campus* Camboriú, formado pelo antigo Colégio Agrícola de Camboriú, que, acredita-se, poderá possibilitar reflexões e inferências para os demais. O estudo apresenta três momentos distintos: primeiro consistiu no aprofundamento do referencial teórico de forma a fundamentar as análises da pesquisa. No segundo, foi feita uma coleta de dados *in loco* na Instituição objeto do estudo. No terceiro momento, realizou-se uma análise de dados, reflexões e apresentação de sugestões. O levantamento de dados referentes à gestão do *Campus*, foi realizado através de questionários junto aos docentes. Investigou-se o quadro de docentes do *campus* e a necessidade de qualificação e capacitação para cumprir as novas demandas de oferecimento de cursos superiores. Através dos dados coletados, foi possível apresentar propostas de reestruturação, visando à implementação de novos cursos nas áreas de: Informação e Comunicação, Recursos Naturais, Licenciaturas, Gestão de Negócios, Ambiente, Saúde e Segurança e Produção Industrial, levando-se em consideração o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com base no estudo, constatou-se a necessidade de maior investimento na capacitação docente, a fim de atender às especificidades da nova instituição criada pelo Governo Federal: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras chaves: Implantação, qualificação e docente.

ABSTRACT

LIMA, Nelson Juarez birds. Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina: the challenges of the implantation and qualification, completion of the teacher's framework. Seropédica (RJ): 2010. 105 p. Dissertation (Master Course) - Post-Graduate Education in Agricultural UFRRJ.

In 2007, the Federal Government has proposed, through a call from the Ministry of Public Education (Brazil, MEC / SETEC no. 2 / 2007) entitled "Public Call for Proposals for the constitution of the Federal Institutes of Education, Science and Technology - the implantation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology". On December 29, 2008 Law No. 11.892 gave new configuration to the federal network of professional education in Brazil, deploying officially the Federal Institutes. The legal guideline included support for the implantation of new infrastructure, with the requirement that the institutions continue to offer: 50% of high school, 20% undergraduate, 30% technology and bachelor degrees in engineering, graduate broadly and too narrowly. This study analyzes the implementation of the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Camboriú, investigating the impact of the transfer with a special focus on needs related to the expansion and training of the faculty. It is characterized as a qualitative research, of a "case study", focusing on analysis of the Federal Institute for Education, Science and Technology of Santa Catarina, with six campuses, however, the sampling universe was the Campus Camboriú, formed by former Agricultural College of Camboriú, which is believed, may enable reflections and inferences to others. The study presents showed three distinct times: the first consisted of deepening of the theoretical framework in order to substantiate the analysis of the research. In the second, there was a data collection site at the institution the object of study. In the third phase, there was an analysis of data, reflections and make suggestions. The survey on the management of the Campus was carried out through questionnaires sent to teachers. We investigated the teaching staff of the campus and the need for qualification and training to meet the new demands of offering higher education courses. Through the data collected, it was possible to submit proposals for restructuring, aiming at implementing new courses in the areas of Information and Communications, Natural Resources, Undergraduate, Business Management, Environment, Health and Safety and Industrial Production, taking into account the Institutional Development Project (IDP). Based on the study, there was a need for greater investment in teacher training to meet the specific needs of the new institution created by the federal government: the Federal Institutes of Education, Science and Technology.

Key words: implantation, qualification and teachers

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

LISTA DE SIGLAS

<i>Siglas</i>	Significados
CAC	Colégio Agrícola de Camboriú
CEFET-SC	Centro Federal de Educao Tecnológica de Santa Catarina
CNCT	Catálogo Nacional Cursos Técnicos
COAGRI	Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário
EAF	Populao Economicamente Ativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET-SC	Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia Catarinense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional
MEC	Ministério de Educao e Cultura
OIT	Organizao Internacional do Trabalho
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNQ	Plano Nacional de Qualificao
SEEC	Serviço de Estatística da Educao e Cultura
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SETEC	Secretaria de Educao Profissional e Tecnológica
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Objetivo Geral.....	4
Objetivos específicos.....	4
Metodologia.....	5
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA	8
1.1 Linha do Tempo: síntese geral histórica.....	8
1.2 A Educação Profissional no Brasil de 1891 a 1945.....	11
1.3 A Educação Profissional após 1945 e a Inserção do CAC no Cenário Educacional.....	12
1.4 O Golpe Militar e a Educação Profissional.....	12
1.5 A Educação Profissional a partir da redemocratização do País.....	14
CAPÍTULO II - AS MUDANÇAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A CRIAÇÃO DOS IFETS.....	18
2.1 O Ensino Profissional no Brasil de 2003 a 2007.....	18
2.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	18
CAPÍTULO III - O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E SEUS CAMPI.....	24
3.1 A Reitoria em Blumenau.....	24
3.2 O Campus de Camboriú	26
3.3 O Campus de Sombrio	28
3.4 O Campus de Rio do Sul.....	29
3.5 O Campus de Concórdia	31
3.6 O Campus de Araquari.....	34
3.7 O Campus de Videira.....	35
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO....	37
4.1 O Campo de Pesquisa.....	37
4.2 Estrutura física e recursos didáticos do Campus Camboriú.....	37
4.3 Atuações e Cargos	40
4.4 A Transição e a Gestão de Pessoal.....	41
4.5 Pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores.....	41
4.6 A Ifetização e a Perda de Identidade	42
4.7 Necessidade de Capacitação	43
4.8 Autonomia	43

<i>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i>	<i>46</i>
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</i>	<i>52</i>
<i>ANEXOS</i>	<i>55</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Composição do universo amostral dos docentes entrevistados.	5
Figura 2 - Linha do tempo do IFC, Campus Camboriú.	9
Figura 3 - Percentual do quadro de servidores entrevistados quando questionados sobre a possível perda de identidade da Instituição no processo de transição ao IFC.	42
Figura 4 - Resultado da pesquisa sobre as necessidades de formação docente.	43

INTRODUÇÃO

O Problema

A centenária Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que passou por várias mudanças ao longo do tempo, adquire significado especial na história da educação brasileira, corroborando sua importância e solidez. A comemoração desses 100 anos de trabalho educativo é momento propício para reafirmar o seu papel enquanto política basilar da educação pública brasileira. Nossa tarefa, portanto, é acompanhar as mudanças que estão sendo propostas na atualidade para a educação profissional, que envolve praticamente toda rede federal.

A educação profissional e tecnológica brasileira vem vivenciando, desde o ano de 2004, a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos cinco anos, o Ministério da Educação (MEC) já entregou à população 45 novas unidades, das 64 previstas na primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional. As 19 restantes estão em obras e, segundo informações oficiais, serão entregues nos primeiros meses do ano de 2010. O governo federal, através do MEC, divulgou nos veículos de comunicação de massa que já deu início aos processos de licitação para início das obras de mais 150 escolas, integrantes da segunda fase do plano de expansão da educação profissional e tecnológica, com um investimento de R\$ 750 milhões. As novas escolas cobrem todas as regiões do país. A meta oficial é chegar ao final de 2010 com 354 escolas técnicas e 500 mil vagas.

Além de ampliar o número de instituições educacionais, o MEC acenou, em 2007, com um novo desenho para essa modalidade de ensino, através de um Aviso de Chamamento Público do Ministério da Educação (Brasil, MEC/SETEC Nº 2/2007), intitulado “Chamada Pública de Propostas para a Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Em 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais foram oficialmente instituídos, pela Lei nº 11.892, que deu uma nova configuração à rede federal de educação profissional. A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia transformaram-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Essas novas instituições pretendem tornar mais substantiva a contribuição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ao desenvolvimento sócio-econômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro. Segundo a propaganda governamental, o novo modelo institucional pode

acolher um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho e excluído das pesquisas aplicadas, destinadas à elevação do potencial das atividades produtivas locais, e pode proporcionar a democratização do conhecimento à comunidade, em todas as suas representações.

Um sistema de ensino complexo e eficiente, como tem demonstrado ser o ensino técnico federal, o qual, ao longo do tempo e nos mais diferentes governos, sobreviveu a vários projetos, mudanças e transições; hoje se encontra frente a um novo paradigma: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No primeiro momento, a transformação em Instituto Federal (IF) implica diretamente na mudança estrutural das instituições federais de ensino técnico e, atualmente, também tecnológico, que passam de uma hora para a outra, em sua maioria, de instituições de nível médio para instituições de ensino superior. Mesmo aquelas que já eram consideradas de educação superior, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), precisam agora adaptar-se à nova estrutura. A análise desta “nova” estrutura, formada pela junção de Instituições já existentes, ocupa a primeira parte do presente estudo.

Na segunda parte serão analisadas as mudanças que as antigas instituições terão que enfrentar para se adequarem à nova estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Dentre elas, destacamos a questão dos recursos humanos, pois, em vez de cursos profissionalizantes e de nível médio, todas as instituições que compõem o Instituto Federal terão que oferecer cursos tecnológicos e de formação de professores. O que se questiona nesta pesquisa, é se o quadro docente e técnico destas instituições está preparado para essa mudança e se há necessidade de qualificação e de um projeto sério de complementação dos recursos humanos.

Essa e outras preocupações passam pela cabeça daqueles que estão vivenciando o início do processo de transição. Isso ocorre porque, enquanto instituições de nível técnico, a maioria das escolas desenvolveu, por anos, um processo ensino aprendizagem com eficiência, ética e foco voltado ao aluno-cidadão, consolidada por estrutura física, pessoal e pedagógica implementada e melhorada ao longo de anos, o que ocasionou a aceitação e reconhecimento da sociedade brasileira. Agora, estas mesmas instituições frente a uma nova realidade, galgando em terrenos não antes conhecidos, enfrentam a preocupação com a mudança, buscando avaliar o possível impacto imediato e a longo prazo que suas estruturas enfrentarão no processo de transição para o Instituto Federal.

Analisando o contexto educacional em que os Instituto Federais estão inseridos, constata-se que o Brasil é um país com mais de 14,4 milhões de analfabetos, no qual somente 19 das 5.507 cidades brasileiras possuem uma população onde 100% dos estudantes cursaram, no mínimo, oito anos de escola (IBGE 2006). O município de Jordão, no Acre, lidera a taxa de analfabetos com 60,7% de seus 4,45 mil habitantes que não sabem ler ou escrever. Em Guaribas, no Piauí, a cidade-piloto do programa Fome Zero, a população tem a menor média de anos escolares cursados do país - um ano e um mês. Como realidade oposta, a cidade de São João do Oeste, em Santa Catarina, tem a menor taxa de analfabetismo, com apenas 0,9% dos 5,78 mil habitantes não alfabetizados (IBGE 2006). Estes dados nos mostram a heterogeneidade educacional do país, resultado de diferenças culturais, má distribuição de renda e planos de governos mal sucedidos.

Considerando o processo ensino-aprendizagem algo complexo, dependente não somente do sistema, e/ou do sujeito, com comportamento extremamente não linear, essa não linearidade é potencializada quando o sistema, mesmo com uma proposta governamental que pode parecer boa, à primeira vista, se depara com um quadro de recursos humanos despreparado para a nova realidade. Esse nos parece ser o principal risco que as instituições federais de ensino apresentam para a transição rumo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A esperança de incentivos para a qualificação toma conta dos docentes e técnicos administrativos, frente à nova organização institucional, mas a realidade enfrentada por algumas instituições que já ofereciam cursos superiores de tecnologia demonstra que essa qualificação foi deixada de lado em passado recente, deixando-nos menos otimistas.

A falta de dados sobre os impactos causados nas instituições que ofereceram cursos superiores sem a contrapartida necessária para o bom desenvolvimento desses cursos, no que diz respeito à gestão de pessoas, foi o principal fator que nos motivou a desenvolver a presente pesquisa, que visa o levantamento de informações que poderão subsidiar futuras análises e tomadas de decisão.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados a partir da agregação de duas ou mais instituições federais de educação profissional e tecnológica de um mesmo estado, tais como: Centro Federal de Educação Tecnológica, Escola Técnica Federal, Escola Agrotécnica ou Escola Técnica vinculada à Universidade Federal.

O estado de Santa Catarina foi contemplado com dois Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, composto pelo CEFET-SC

com todas as suas diferentes unidades; e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense, que envolveu as Escolas Agrotécnicas de Rio do Sul, de Concórdia (Unidades de Concórdia e Videira) e de Sombrio e os vinculados às universidades federais, Colégio Agrícola de Camboriú - UFSC e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira - UFSC. O presente estudo terá como referência o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e, como principal foco de pesquisa, o Colégio Agrícola de Camboriú, uma das unidades que o integram.

A proposta governamental inclui apoio à implementação da nova infraestrutura, com a exigência das instituições oferecerem 50% das vagas para o ensino médio, e implantarem cursos de licenciatura, tecnológicos e bacharelados na área de engenharia. O grande problema para a operacionalização é a falta de professores qualificados e servidores técnicos, para que as instituições, que até agora foram de ensino médio, tenham condições de enfrentar o desafio de atuar como uma universidade. A presente pesquisa teve como foco de análise as necessidades relacionadas à ampliação e qualificação do quadro de docentes e técnicos para fazer frente a esse desafio.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o possível impacto gerado no Colégio Agrícola de Camboriú, a partir de sua integração a outras instituições para criar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, com ênfase principal na qualificação de recursos humanos.

Objetivos específicos

- 1 - Historiar o processo de instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, caracterizando sua estrutura física.
- 2 - Elaborar o perfil dos recursos humanos do Colégio Agrícola de Camboriú e suas necessidades futuras de capacitação e qualificação de servidores docentes, diante da nova estrutura.
- 3 - Identificar as dificuldades enfrentadas pelos docentes do Colégio Agrícola de Camboriú para ministrar aulas nos cursos superiores.
- 4 - Analisar as dificuldades enfrentadas pelo Colégio Agrícola de Camboriú em sua integração ao Instituto Catarinense, com ênfase no quadro docente.
- 5 - Apresentar sugestões para um plano de expansão/qualificação docente.

Metodologia

As pesquisas, de modo geral, podem apresentar caráter qualitativo ou quantitativo, já que, segundo Pereira (1999), ambas podem normatizar e conferir um caráter objetivo à observação do objeto em estudo. Marconi e Lakatos (2006) definem que o método quantitativo utiliza a quantificação para tratar amplas amostras numéricas e transformá-las através de técnicas estatísticas, sendo que o método quantitativo é descrito como o estudo que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. Já a pesquisa qualitativa, apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador.

A presente pesquisa qualitativa foi desenvolvida tomando por base a seguinte metodologia: o estudo se desenvolveu através de pesquisa qualitativa, de caráter “estudo de caso”, tendo como foco de análise o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, no qual o universo amostral foi o campus Camboriú, formado pelo antigo Colégio Agrícola de Camboriú (CAC). Para tentar responder às questões propostas e atingir os objetivos formulados, dos 44 (quarenta e quatro) docentes que integram o quadro do antigo CAC, foram entrevistados 39 (trinta e nove) distribuídos conforme apresentado na Figura 1.

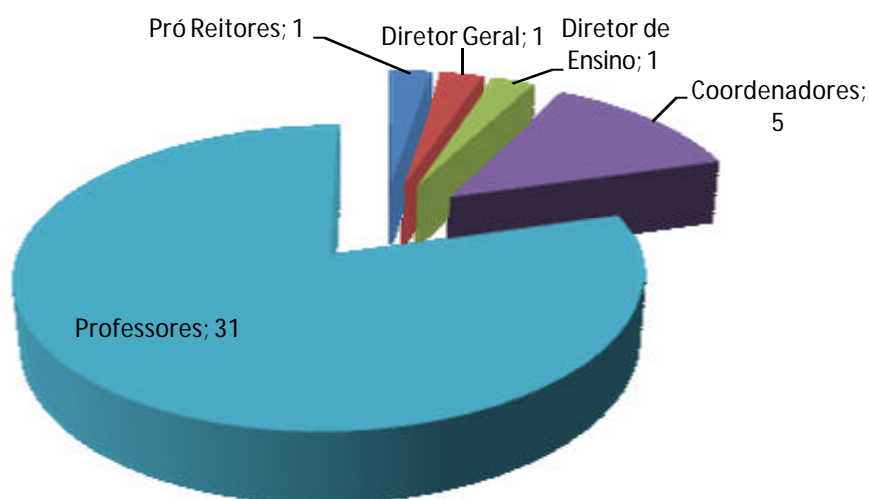


Figura 1 - Composição do universo amostral dos docentes entrevistados.

O estudo teve dois momentos distintos. O primeiro consistiu de coleta de dados *in loco* na Instituição objeto do estudo, objetivando sua caracterização e levantamento das principais dificuldades. Foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário, entrevistas, observações e levantamento documental. Do questionário constaram perguntas referentes aos

seguintes assuntos: a) cargo do entrevistado; b) pontos positivos e negativos da integração do CAC ao IFET; c) impactos regionais do processo de “ifetização”; d) se houve perda de identidade da Instituição; e) pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores; e) necessidade de qualificação docente para a Instituição fazer frente à nova realidade (Anexos de 1 a 39). No segundo momento foi feita uma análise de dados, reflexões e apresentação de sugestões.

O texto foi estruturado com uma introdução, quatro capítulos e conclusão. Do primeiro, consta o histórico da educação profissional brasileira ao longo do século XX, por reconhecermos a necessidade de um estudo mais detalhado da evolução do ensino técnico no país, que envolve a criação dos cursos de ensino de ofícios, criação da Lei Orgânica do ensino secundário, criação das escolas agrícola, agrotécnicas, passando para CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica). O segundo trata das mudanças na rede federal de educação profissional e tecnológica até a criação dos IFETs (Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia).

O processo de caracterização da estrutura física do Instituto Federal Catarinense faz parte do capítulo terceiro, e foi desenvolvido a partir de levantamento de dados e observações, feitas no decorrer das visitas às seis Instituições que o integram. Em cada visita, foram coletados dados referentes à área coberta, tais como: salas de aulas, laboratórios, auditórios, e demais elementos necessários para o processo ensino aprendizagem. A coleta dos dados teve como base, os registros oficiais de cada Instituição, e serviu para caracterizar cada um dos componentes do Instituto Federal, procurando levantar as informações necessárias à compreensão e caracterização dessa nova Instituição.

O levantamento dos recursos humanos foi feito, inicialmente, no Departamento de Recursos Humanos do Campus de Camboriú, formado pelo antigo Colégio Agrícola de Camboriú. Pretendeu-se investigar com quantos docentes e técnicos conta o atual campus, e quantos serão necessários para cumprir as novas demandas de oferecimento de cursos. Buscou-se também coletar dados referentes à produção científica *in loco* inerente ao processo de ensino e pesquisa na atualidade e fazer uma projeção para as necessidades futuras.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e analisa os dados. Com base nos dados coletados, foi elaborado um perfil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e como se deu sua criação. Em seguida, em relação ao Campus de Camboriú, após análise dos dados e, levando-se em consideração o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborou-se uma relação de medidas que devem ser

tomadas para implementação de novos cursos nas áreas de: Informação e Comunicação, Recursos Naturais, Licenciaturas, Gestão de Negócios, Ambiente, Saúde e Segurança e Produção Industrial.

Os dados coletados foram estatisticamente tratados através do programa *Statistic 7.0*, e apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, juntamente com as discussões referentes à apresentação dos mesmos.

CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Cervo e Bervian (1983) afirmam que qualquer estudo, independente de área, exige uma pesquisa bibliográfica prévia, fundamentando e delineando o tema para o pesquisador. Esta pesquisa bibliográfica prévia evita o “retrabalho”, pois, com base em estudos previamente realizados por outros autores, o pesquisador pode ser orientado quanto a métodos e técnicas a serem utilizadas para tal (CRUZ; RIBEIRO, *apud* KUENZER, 2005). Para Marconi e Lakatos (2006) buscar o estado da arte, ou seja, o que já foi escrito sobre o assunto, pode, mesmo correndo o risco de ser um tanto repetitivo, propiciar um novo enfoque sobre temas idênticos. Este capítulo visa levantar informações relevantes que possam servir de apoio às discussões e análises que se seguirão.

Buscando fundamentar as reflexões a respeito da educação profissional no Brasil e no Colégio Agrícola de Camboriú (CAC), optou-se por apresentar, primeiramente, uma linha do tempo estruturada a partir de breve histórico da educação profissional brasileira, localizando nessa história o momento em que o CAC foi inserido no cenário nacional, objetivando, com isso, uma melhor visualização do seu percurso, até os dias atuais. A linha do tempo pode servir de referência ao leitor, tanto neste capítulo, quanto no posterior, à medida que a história da educação profissional brasileira for sendo descrita, de forma mais detalhada em cada período, nestes dois primeiros capítulos.

1.1 Linha do Tempo: síntese geral histórica

A linha do tempo (Figura 2) destaca que o Ensino Agrícola Brasileiro teve como marco inicial, no Brasil Império, o ano de 1875, com o primeiro Curso em Ciências Agrárias na Escola Agrícola da Bahia em São Bento das Lages. Já no século XX, entre os anos de 1910 e 1930, sob a responsabilidade do Estado, foram construídas 17 Escolas Agrícolas com a perspectiva da formação do caráter pelo trabalho. O Decreto Lei 2.832 de 04/11/1940 criou a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) para orientar e fiscalizar o Ensino Agrícola, até a homologação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que foi regulamentada pelo Decreto Lei 9.613 em 1946.

LINHA DO TEMPO

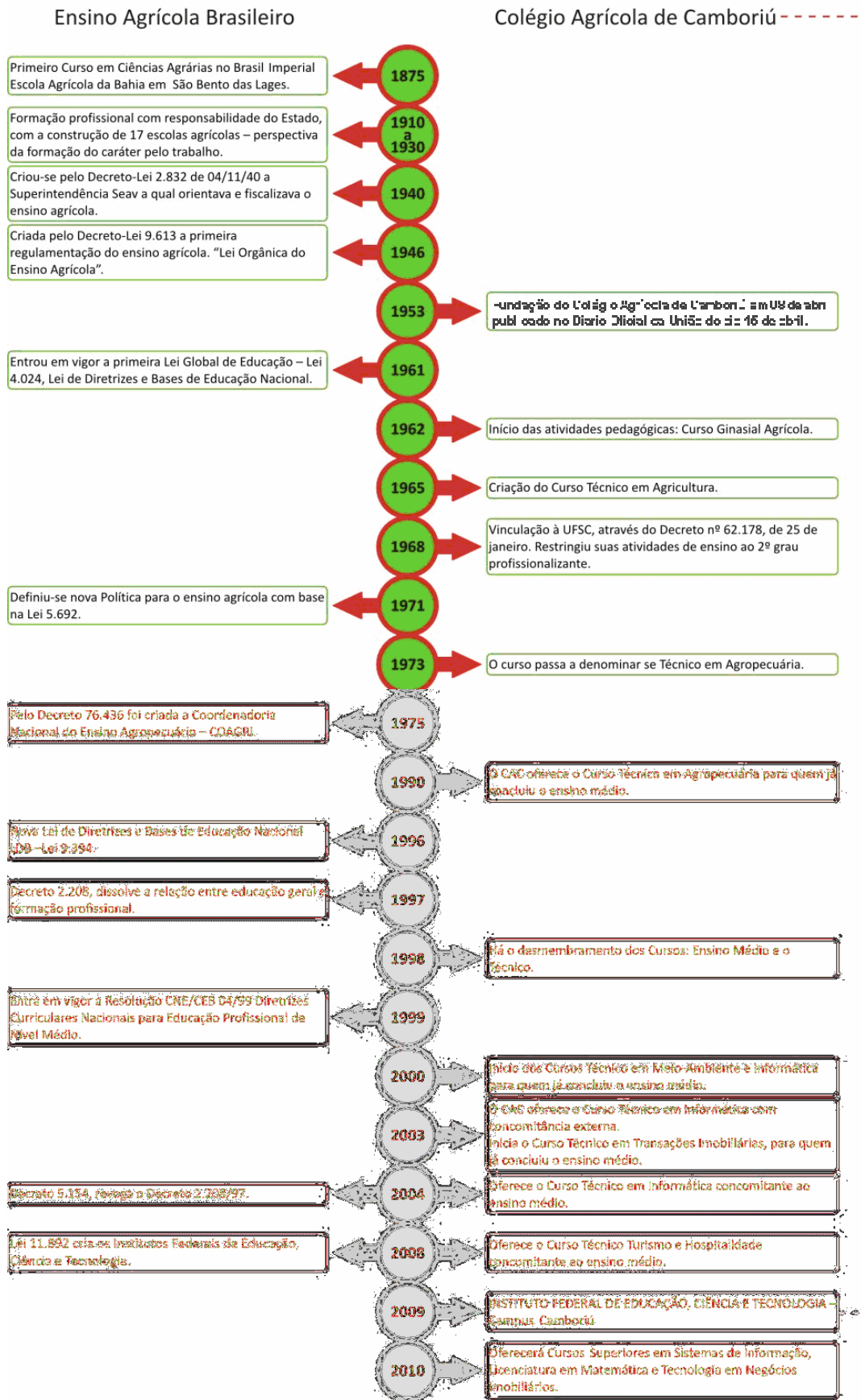


Figura 2 - Linha do tempo do IFC, Campus Camboriú.

O Colégio Agrícola de Camboriú foi fundado em 08 de abril de 1953 e sua fundação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de abril de 1953. Em 1961 entrou em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, que deu respaldo ao início das atividades pedagógicas do Colégio, no ano de 1962, com o Curso Ginásial Agrícola, seguido, em 1965, pelo Curso Técnico em Agricultura.

Em 25 de janeiro de 1968, a responsabilidade administrativa e financeira do CAC foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina, através do Decreto 62.178, que restringiu suas atividades de ensino ao segundo grau profissionalizante, que foi reformulado com base na Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. A referida lei teve por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Tornou o ensino profissionalizante obrigatório para todos os alunos do ensino médio.

Em 1973 o Curso Técnico em Agricultura passou a denominar-se Técnico em Agropecuária e, pelo Decreto 76.436 de 1975, foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI. Nesta época, o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária para quem já havia concluído o Ensino Médio, ou seja, de forma subsequente ao médio.

Entre 1996 a 1998, com a nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB lei 9.394, houve através do Decreto 2.208 a separação entre a educação geral e formação profissional, gerando, em 1998, o desmembramento dos cursos de ensino médio e técnico, ratificado pela Resolução CNE/CEB 04/99 que traçou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Médio.

Logo no início do século XXI, no ano 2000, o CAC passa a oferecer os Cursos Técnicos em Meio-Ambiente e Informática, para quem já havia concluído o ensino médio e, em 2003, o Curso Técnico em Informática com concomitância externa. Neste mesmo ano inicia o Curso Técnico em Transações Imobiliárias, também para quem já concluiu o ensino médio. O Decreto 2.208/97 é revogado através do Decreto 5.154 em 2004, que abre a possibilidade de oferecimento de curso integrado, aproveitada pelo Colégio a partir do Curso Técnico em Informática.

O Curso Técnico em Turismo e Hospitalidade concomitante ao ensino médio foi aprovado em 2007 e implantado em 2008, com o intuito de atender a demanda regional.

Através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2009 o Colégio Agrícola de Camboriú passa a ser um Campus do Instituto Federal Catarinense, oferecendo, a partir de 2010, Cursos Superiores em Sistemas de Informação, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Negócios Imobiliários. Atendendo à determinação da Lei 11.892, nos seus artigos 7º e 8º, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos cursos Técnicos Integrados, 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos Cursos de Licenciatura e 30% (trinta por cento) para os Cursos Tecnólogos, Bacharelados e Pós-Graduação.

1.2 A Educação Profissional no Brasil de 1891 a 1945

A alteração do panorama do ensino profissional, chamado na época da Primeira República de “ensino de ofícios”, iniciou após o final da escravidão e da Proclamação da República. A Constituição da República de 1891, que instituiu o Sistema Federativo de Governo, instituiu a dualidade de sistemas, delegando à União a criação e controle do ensino superior e secundário, e aos Estados o ensino primário e o profissional. Segundo FONSECA (1961), em 1906 foi criado o primeiro crédito para a criação das escolas técnicas profissionais.

Após a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder e criou Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos à frente do novo ministério, em 1931, iniciou sua Reforma Educacional. A Reforma Francisco Campos, estabeleceu novas diretrizes para o ensino secundário, onde, dentre outras medidas, estavam: o aumento de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. A reforma rompeu com as estruturas seculares nesse nível de escolarização.

Anos depois, a Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Secundário) de 1942 estabelece o ciclo ginásial de quatro anos e o ciclo colegial de três anos, divisão que permaneceu até a década de 1970, quando foi criado o primeiro grau, a partir da fusão do curso primário com o ciclo ginásial, e o segundo grau formado pelo ciclo colegial (DALLABRIDA, 2009)

1.3 A Educação Profissional após 1945 e a Inserção do CAC no Cenário Educacional

Franco (1994 p.63-73) afirma que as primeiras ações voltadas à formação profissional agrícola no Brasil iniciaram na época da República, com a necessidade de resguardar a base econômica brasileira. Visando atingir esse objetivo, o processo educacional de nível médio foi focado na preparação para o trabalho.

O Decreto-Lei 9.613, de 20/08/46, estabelecia as bases de organização e de regime do ensino agrícola, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura, também conhecido como “a lei Orgânica do Ensino Agrícola”. Este decreto foi instituído pela Reforma de Gustavo Capanema. Foi com base neste Decreto que, em 08 de abril de 1953, foi firmado um acordo entre os Governos da União e do Estado de Santa Catarina, determinando a criação do Colégio Agrícola de Camboriú - CAC, publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril de 1953.

No entanto, o CAC somente iniciou suas atividades pedagógicas no ano de 1962, após a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024/61, com o Curso Ginásial Agrícola (1ª a 4ª série do ciclo ginásial), sendo que, de 1965 até 1968 foi oferecido, simultaneamente, o Curso Técnico em Agropecuária. Com o Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, o Colégio restringiu suas atividades ao ensino médio profissionalizante voltado prioritariamente para o ramo da Agropecuária. As responsabilidades administrativas e financeiras, que estavam a cargo da Diretoria do Ensino Agrícola - DEA, passaram a ser da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e a parte didático-pedagógica ficou vinculada à Secretaria de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Durante esse período, a política educacional do MEC promoveu uma reformulação na filosofia do ensino agrícola, sendo implantada então a metodologia do sistema escola-fazenda, baseada no princípio aprender a fazer, fazendo. Sistema adotado também pelo CAC.

1.4 O Golpe Militar e a Educação Profissional

A década de 1970 se inicia, ainda sob as diretrizes da primeira LDB, Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, logo após a homologação da lei que tramitou por 13 anos no Congresso Nacional, em 1964, o Brasil sofreu um golpe militar. Como não poderia deixar de ser, houve sérias intervenções em vários setores da sociedade, dentre eles a educação.

A primeira grande mudança na educação, que atingiu diretamente a educação profissional, foi aquela advinda com a Lei nº 5.692/71, que tornou obrigatório o ensino profissionalizante em todas as escolas de nível médio, que passou a denominar-se, com a nova lei, de ensino de segundo grau. As escolas que o ofereciam substituíram a equivalência entre os cursos médio e profissional, pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no segundo grau, ocasião em que foi definida uma nova política para o ensino Técnico Agrícola.

O ensino propedêutico perde, então, espaço para outro tipo de educação que, em tese, deveria preparar para o trabalho e para estudos posteriores. Duarte (1986) define ensino propedêutico como aquele que serve de introdução e que prepara alguém para receber, mais tarde, ensino de nível mais alto. Ou, ainda, como um conjunto de estudos que, como estágio preparatório, antecede os cursos superiores. Na nova organização do ensino de segundo grau, não havia mais espaço para um ensino exclusivamente propedêutico, uma vez a profissionalização passava a ser compulsória, na perspectiva até de um possível ingresso imediato no mercado de trabalho.

No entanto, segundo Pamplona (2008), pouca coisa mudou com a obrigatoriedade do ensino profissional nas escolas de ensino médio, em decorrência da carência de professores e técnicos nas escolas e, também, por fatores estruturais e conjunturais. Segundo este mesmo autor, alguns fatores que colaboraram para dificultar o processo foram os seguintes:

[...] falta de vontade política para assegurar as condições financeiras necessárias, à falta de professores qualificados, às dificuldades metodológicas de articulação entre teoria e prática e ao desinteresse do capital em ampliar e regulamentar as carreiras de nível técnico, as escolas da rede pública foram transformadas em celeiros de cursos de faz de conta, para satisfazerem as diretrizes legais, apenas na formalidade (p.19-20).

Pamplona (2008, p.21) destaca também a “baixa qualidade do grande contingente de técnicos de nível médio que a escola colocava no mercado de trabalho”, porém, menciona que é necessário levar em consideração que as escolas enfrentaram sérios problemas para se adequarem à Lei 5.692/71, relacionados principalmente a dificuldades estruturais e de recursos humanos e, mesmo assim, forneceram os subsídios técnicos para a formação da grande massa de mão de obra que mantinha o setor produtivo agrícola em ascensão. No entanto, reconhecemos que o autor acima citado não se referia somente ao ensino agrícola, oferecido pelas escolas agrotécnicas, e sim ao ensino técnico de forma geral, oferecido por toda rede de escolas de segundo grau, mesmo pelas instituições sem tradição na educação

profissional, sem laboratórios especializados, e com absoluta falta de docentes para ministrar disciplinas inerentes à formação profissional.

A integração forçada pela Lei 5.692/71 não deu certo porque seus mentores, na época, esqueceram de levar em consideração que a educação é, essencialmente, um processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com os outros indivíduos. Esse processo de aquisição do conhecimento ocorre no próprio contexto do processo de trabalho e dele é fruto. Se por um lado a aquisição de conhecimentos constitui um instrumento necessário e essencial ao processo de trabalho, por outro, o próprio conhecimento constitui o contexto desse processo.

Na ótica do trabalho, portanto, a educação profissional seria um ramo da educação escolar, de natureza técnico-científica, espaço privilegiado para o aumento da capacidade produtora de ciência e de tecnologia. As proposições do movimento sindical para a educação profissional, na atualidade, destacam a importância de identificar os princípios que presidem a relação ativa entre o homem e a natureza e a relação orgânica entre o indivíduo e os outros indivíduos ao longo da história da humanidade. Além disso, não se pode deixar de considerar os fundamentos e os conteúdos do trabalho em determinado padrão de desenvolvimento científico e tecnológico da produção em nível internacional, para que o indivíduo possa intervir autonomamente nesse processo, sem deixar de lado a solidificação de uma consciência moral que atenda aos objetivos éticos de solidariedade e participação cuidada. (SOUZA, 2002).

A educação, por sua vez, enquanto política social do Estado capitalista tem respondido de modo específico às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído num instrumento de emancipação da classe trabalhadora, através do efetivo acesso ao saber socialmente produzido. Como destaca Neves (1994),

[...] isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados [...], como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (p.16).

1.5 A Educação Profissional a partir da redemocratização do País

Ainda durante a ditadura militar, a Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978, dispôs sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca com sede na cidade do Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação

Tecnológica. Dessa forma começaram a surgir os CEFETS, que se transformaram em importantes instituições de educação profissional no cenário brasileiro.

No período pós-ditadura, através da Lei nº. 8.670, de 30 junho de 1993, foram criadas outras Escolas Técnicas Federais: de Roraima; de Ceres, em Goiás; de Codó, no Maranhão; de Colorado do Oeste, em Rondônia; de Guanambi, Santa Inês e do Senhor do Bonfim, na Bahia; do Rio do Sul e de Sombrio, em Santa Catarina; e de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A mesma lei também criou as seguintes Escolas Técnicas Industriais: Sobral – CE, Coelho Neto – MA, Parnaíba – PI, Ponta Porá – MS e a Escola Agrotécnica de Dourados, em Mato Grosso do Sul.

Isso significa que na década de 1990, importantes mudanças foram introduzidas na educação profissional. A Lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, por exemplo, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que transformou as Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1983, em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº. 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº. 87.310, de 21 de junho de 1982. Ainda na década de 1990, foi aprovada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A partir de 1990, o CAC passou a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária para alunos que já haviam concluído o ensino de segundo grau, portanto na modalidade pós-médio, e, em 1999, disponibilizou outros cursos profissionalizantes além do Técnico em Agropecuária, até então exclusivo.

Em 1996, conforme mencionado anteriormente foi aprovada a atual LDB – Lei 9.394/96 – que reformulou de novo a nomenclatura, substituindo a expressão “segundo grau” por ensino médio. A mencionada lei também acabou com a profissionalização obrigatória, instituída na época da ditadura militar. Mais uma vez, as diretrizes escolares, os profissionais da educação e os estudantes tiveram que se adaptar às novas regras.

O que mudou em relação à LDB anterior, segundo Souza e Silva (1997), foi que a primeira LDB (Lei 4.024/61) foi mais rica ao conceituar a educação, como processo formativo da infância e da juventude. O texto anterior levou em conta os fins (liberdade e ideais de solidariedade humana) e os hegemonizou em relação aos meios (processos formais e informais de educar). A Lei atual nº. 9.394/96 preferiu dar proeminência aos meios, sociologizando o conceito, que se empobreceu em suas dimensões filosóficas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) trouxe no seu

texto várias mudanças, dentre elas a referente à organização da educação nacional. O novo texto legal a dividiu em dois níveis: educação básica e educação superior. A educação básica foi composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a educação superior pelos cursos superiores de graduação e pós-graduação, cursos sequenciais por campo do saber e pelas atividades de pesquisa e extensão. Não demorou a destacar os cursos tecnológicos e equipará-los aos de graduação. Como foi omissa em relação à educação profissional, muitas regulamentações vieram logo a seguir.

A atual LDB destina o seu Capítulo III à Educação Profissional, muito embora apresente redação minimalista que remete para legislação complementar. No seu artigo 39, informa que a educação profissional, “será integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, mas não especifica a forma de como isso se dará. No Parágrafo Único do mesmo artigo informa que “O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. Isso significa que o ingresso na educação profissional pode se dar tanto na educação básica como na educação superior.

Os artigos 40, 41 e 42 determinam que a educação profissional seja desenvolvida “em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Estabelece que “o conhecimento adquirido na educação profissional”, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos e, ainda, que “as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”.

No entanto, como o texto da LDB não apresentou a forma como essas determinações seriam operacionalizadas, o assunto foi remetido para um novo texto legal que regulamentasse a lei. A primeira regulamentação surge em 17 de abril de 1977, com o Decreto nº. 2.208, que estabeleceu os níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico, definindo cada um deles. O nível básico ficou vinculado à educação não formal, de duração variável, não sujeita à regulamentação curricular. O nível técnico passou a ter organização curricular própria, independente do ensino médio. As disciplinas do ensino técnico puderam ser agrupadas por módulos com possibilidade de caráter terminativo, dando direito a certificado de qualificação profissional. Os cursos profissionalizantes de nível superior passam a conferir aos concluintes o diploma de tecnólogo (LIBANEO et al, 2007).

O que mudou em relação à legislação anterior? Segundo Souza e Silva (1997 pág. 69 - 70), mudou praticamente tudo. Enquanto a Lei 5.692/71 colocava a habilitação profissional como própria finalidade do ensino médio, a ponto de obrigar todo aluno desse grau de ensino a tornar-se um técnico ou auxiliar técnico, como condição essencial para diplomar-se no final do curso, a LDB de 1996 não só excluiu a profissionalização obrigatória da estrutura do ensino médio regular, como deixou clara ser essa uma função a ser entregue às escolas técnicas e centros especializados, que poderiam se constituir em redes paralelas às do ensino propriamente dito. Os interessados poderiam profissionalizar-se nesses centros, durante o tempo em que estivessem cursando o ensino médio regular, ou após nele terem sido diplomados. O ensino médio profissionalizante passou a ter uma interface de pós-secundário, justificada a partir da premissa de que o trabalhador deve, não apenas saber fazer, mas também e, principalmente, compreender com clareza o significado dos princípios científicos e tecnológicos, que estão na base de cada fase do processo de produção.

No ano de 2004, entrou em vigor o Decreto nº. 5.154 que, mais uma vez, regulamentou a educação profissional, mais especificamente o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, revogando o Decreto nº. 2.208/97. O Decreto 5.154/04, atualmente em vigor, redefine a integração entre os ensinos profissional e médio, definindo que esta poderá ser feita de forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio. A novidade reside na primeira, pois agora o ensino profissionalizante pode ser oferecido realmente integrado ao ensino médio, em uma única matriz curricular e, conseqüentemente, com uma só matrícula.

Em 2000 foram criados no CAC os Cursos de Técnico em Meio-Ambiente e Técnico em Informática, para alunos que já tinham concluído o médio. Em 2003, foi oferecido o Técnico em Informática com concomitância externa, ou seja, para alunos que estavam cursando o ensino médio em outra instituição, e Transações Imobiliárias, para quem já havia concluído o ensino médio. Em 2004, o curso Técnico em Informática passou a ser disponibilizado aos alunos com concomitância interna, ou seja, para os estudantes que estavam cursando o médio no próprio CAC.

CAPÍTULO II - AS MUDANÇAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E A CRIAÇÃO DOS IFETS

2.1 O Ensino Profissional no Brasil de 2003 a 2007

No ano de 2003 chega à Presidência da República um representante da classe trabalhadora. Eram, na época, muitas as demandas reprimidas e compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. Dentre outras, estava o compromisso de investir na educação profissional.

No primeiro mandato, tornou público o Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, que disciplinou o processo de escolha de dirigentes no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas. Ainda em relação aos Centros Federais de Educação, o Decreto nº 5.224, de 23 de outubro de 2004, traçou as regras para a organização dessas instituições, elevando-as para o nível superior “detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. O governo ainda buscou atender às reivindicações de oferecimento do ensino integrado, com o Decreto 5.154/2004, já mencionado anteriormente, que de forma tímida inseriu o ensino profissionalizante integrado ao médio novamente no cenário nacional. A Portaria do MEC nº 2.080, de 13 de junho de 2005, estabeleceu no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos.

Diante das críticas e pressões para a adoção de medidas mais radicais em relação à educação profissional, no segundo mandato, a rede federal de educação profissional foi totalmente remodelada, tomando como referência uma nova instituição: os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

2.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) dão visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser

reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira, com recorte especial para aquelas voltadas à educação profissional e tecnológica, principalmente a que integra a Rede Federal.

Primeiramente foi divulgado o Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007, que deu origem a todo o processo. Na sequência, foi feita uma Chamada Pública MEC/SETEC nº. 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, e, em seguida, foi divulgada a Portaria nº. 116, de 31 de março de 2008, com a relação das propostas aprovadas no processo de seleção de que trata o item 6 da Chamada Pública. Essa legislação fundamentou o Projeto de Lei da Câmara nº. 177/2008 deu origem à Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Cada Instituição de educação profissional, incluindo Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais, precisavam consultar sua comunidade interna a respeito de aceitar se integrar ou não ao novo modelo institucional. Sabe-se que algumas aceitaram imediatamente, outras resistiram até que a pressão e as ameaças de ficarem à margem do processo e sofrerem por falta de recursos, as fizeram capitular. Outras, como o CEFET Rio e o CEFET Minas, além de 24 escolas vinculadas às Universidades Federais, estão resistindo até hoje.

O Colégio Agrícola de Camboriú começou o processo em meados de 2008, primeiramente, com uma consulta entre os servidores docentes e técnicos administrativos na qual a maioria optou pela transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Por esse motivo, foi encaminhada solicitação à Universidade Federal de Santa Catarina para que liberasse o CAC, a fim de que ele pudesse integrar a estrutura do IFET. O Conselho exigiu que fosse feita uma consulta junto aos discentes do Colégio, uma vez que somente docentes e técnicos haviam se pronunciado. Feita a consulta, foram contabilizados apenas dois votos contrários à transformação. Novamente entrando em pauta na reunião do Conselho Universitário, a desvinculação foi então aprovada, abrindo o caminho para o CAC integrar-se ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Em 29 de dezembro de 2008, foi aprovada a Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. De acordo com a citada legislação, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, foi constituída pelas seguintes instituições:

- I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais;
- II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR;
- III – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG
- IV – Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Lei nº. 11.892, art. 1º)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” e “equiparados às Universidades Federais” (Lei nº 11.892, art. 2º). Foi-lhes atribuída autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

As principais finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são as seguintes:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificando com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Lei nº. 11.892, art. 6º).

São muitos e bem diversificados os objetivos da nova instituição:

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

No que diz respeito à educação superior, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem estar preparados para oferecer:

- Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia;
- Cursos de licenciatura, bem como, programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemáticas, e para educação profissional;
- Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Lei n.º. 11.892, art. 7º).

Como se pode perceber, para uma escola com tradição na oferta de cursos profissionais de nível médio, é um grande desafio. Estariam as Escolas Agrotécnicas preparadas para isso? Qual será o apoio governamental para o oferecimento desses cursos superiores, mantendo a qualidade daqueles que eram tradicionalmente oferecidos no nível médio? Essas foram algumas das questões que nortearam o presente estudo.

Em relação à sua estrutura, a legislação estabelece que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem ser formados pela agregação de escolas, tais como:

- Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), autarquias federais que atuam prioritariamente na área agropecuária, oferecendo habilitações de nível técnico, além de diversos cursos de nível básico e do ensino médio;
- Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), autarquias federais que ministram ensino superior, de graduação e pós-graduação, visando à formação

de profissionais e especialistas na área tecnológica, oferecendo ainda formação pedagógica de professores e especialistas, além de cursos de nível básico, técnico e tecnológico e do ensino médio; e suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), escolas que possuem sede própria, mas que mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação ao CEFET o qual está vinculada;

- Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, escolas sem autonomia administrativa, financeira e orçamentária ligadas às Universidades Federais, que oferecem cursos de nível técnico voltado tanto para o setor agropecuário como para o de indústria e serviços, além do ensino médio.

Tomando por base a legislação acima citada, buscou-se investigar, como aconteceu a criação dos Institutos e o processo de transição no estado de Santa Catarina, em especial no Instituto Federal Catarinense onde está localizada a instituição na qual se desenvolveu nossa investigação.

CAPÍTULO III - O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE E SEUS CAMPI

O estado de Santa Catarina foi contemplado, com dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o Instituto Federal de Santa Catarina e o Instituto Federal Catarinense. O primeiro foi composto pelo CEFET-SC com todas as suas diferentes unidades e, o segundo, agrupou em uma mesma instituição, a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, Agrotécnica de Concórdia (Unidades de Concórdia e Videira) e Agrotécnica de Sombrio e os vinculados, Colégio Agrícola de Camboriú - UFSC e Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira - UFSC. O presente estudo teve como referência o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e, como principal foco de estudo, o Campus Camboriú, uma das unidades que o integram.

A seguir apresentam-se a reitoria e os *Campi* do Instituto Federal Catarinense, transcritos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC.

3.1 A Reitoria em Blumenau

Com padrão de vida superior à média brasileira, Blumenau possui o dinamismo de um centro moderno, alta renda per capita e baixíssimos índices de analfabetismo e violência. É uma cidade moderna, que oferece boa infraestrutura turística com os costumes e tradições alemãs.

A economia baseia-se no Turismo, Comércio e Indústria, com destaque para a produção têxtil e de cristais, conhecida também pela produção de cerâmicas, porcelanas, chocolates caseiros e instrumentos musicais.

Blumenau está entre os municípios mais desenvolvidos do País, sendo uma cidade em situação de privilégio, possui uma das maiores rendas per capita do país.

A comunidade conta com uma universidade, 40 escolas municipais, 32 estaduais e oito particulares, sem contar os estabelecimentos de ensino técnico. Sua população é atendida por quatro hospitais.

Hoje, a cidade, pólo econômico do Vale do Itajaí, conta com cerca de três mil indústrias - incluindo pequenas e médias empresas: seis mil estabelecimentos comerciais e milhares de prestadoras de serviço. O principal setor econômico no município, é o terciário, empregando cerca de 57% da População Economicamente Ativa (PEA) de Blumenau.

A principal aglomeração de atividades comerciais e financeiras ocorre na área central ao longo das ruas XV de Novembro e Sete de Setembro. No total, a cidade conta com 36 bancos, sendo a capital financeira do Estado.

O setor secundário também é de grande importância para a economia blumenauense, representando uma fatia de 36% da PEA. A atividade têxtil é o carro-chefe do setor, e possibilita a entrada de recursos estrangeiros, oriundos da exportação. A indústria têxtil corresponde por 70% da arrecadação tributária do município. Os produtos de Blumenau dispensam apresentação, não somente os artigos de cama, mesa e banho, como também as malhas, porcelanas e os cristais, tão apreciados no Brasil e no exterior.

Já o setor primário abrange apenas 7% da População Economicamente Ativa (PEA), o que comprova a vocação industrial e de serviços da cidade.

Localiza-se na bacia do Itajaí-Açu, no nordeste do Estado de Santa Catarina, classificado pela Fundação do IBGE como Região Colonial de Blumenau. Pela sua localização, população e equipamentos, Blumenau é a principal cidade da região, exercendo sua influência nos vales do Itajaí-Açu, Itajaí - Mirim e Benedito.

O município de Blumenau experimentou nas últimas décadas, profundas alterações na sua composição populacional, resultado de um intenso processo de migrações internas e externas, caracterizada por deslocamentos do campo em direção à cidade, impulsionados pelo crescimento e atratividade urbana.

Blumenau conta hoje com uma superfície total de 531 quilômetros quadrados, sendo 192 sua área urbana (36,2%) e 339 quilômetros quadrados (63,8%) a rural. A área urbana do município está hoje dividida administrativamente em 30 bairros, incluindo o distrito da Vila Itoupava, os quais apresentam características físicas, demográficas e econômicas muito diferentes.

A população total estimada em 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), é de 292.972 habitantes, o que faz de Blumenau o terceiro município mais populoso do estado. Todas as características acima descritas fizeram da cidade a candidata ideal para abrigar a reitoria do Instituto Federal, uma vez que ficou determinado que seria instalada fora das cidades onde estão localizados os *campi*, a fim de que não seja estabelecido nenhum tipo de privilégio. O primeiro reitor indicado *pró-tempore*, isto é, por tempo determinado até que seja feita uma eleição, foi o professor Cláudio Adalberto Koller, que era o diretor da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

A diretoria dos diferentes institutos está atualmente composta pelo reitor e por cinco pró-reitores, todos servidores efetivos da carreira de professor ou de nível superior da carreira de técnico administrativo. Os *campi* são dirigidos por Diretores Gerais, nomeados pelo Reitor para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus (Lei nº 11.892, art. 13).

3.2 O Campus de Camboriú

O litoral centro-norte de Santa Catarina constitui-se, na atualidade, de uma área singular e representativa do litoral brasileiro, uma vez que apresenta uma diversidade produtiva e características econômicas representativas das mais diversas regiões catarinenses. A região é formada por nove municípios litorâneos: (Balneário Camboriú, Camboriú, Bombinhas, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo) que compõem a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, limitando-se a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com as cidades que compõem a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, ao norte com as cidades que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu - AMVALI, e a Oeste com as que compõem a Associação do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.

O *Campus* de Camboriú, situado na região da AMFRI, é o epicentro em um raio de 100 km das maiores áreas produtivas do estado. Servido pela BR-101 que se estende no sentido norte/sul, e pela BR-470 no sentido leste/oeste, conta também com o Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, um dos mais importantes do estado localizado no município de Navegantes, e o Porto de Itajaí um dos maiores portos do país. Além do Aeroporto de Navegantes, a região pode contar também com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, localizado na capital do estado, a 80 km de Camboriú.

A dinâmica espacial e setorial do emprego no Brasil pode ser explicada a partir de três fatores principais: políticas públicas de incentivos fiscais, de investimentos produtivos e de infra-estrutura; difusão de novas tecnologias eletrônicas e a consequente reestruturação dos processos produtivos; e mudanças na composição da oferta de produtos regionais decorrentes de variações ocorridas no lado da demanda.

Nessa perspectiva, economicamente, dentro das mais diversas indústrias produtivas na região onde o *Campus* é o epicentro, destacam-se:

- a) Turismo: hotéis, agências e empresas de turismo;

- b) Serviços: reparo e conservação de elevadores e ar condicionado; Imobiliárias e administradoras de condomínios; atividades de suporte portuário;
- c) Metalúrgica: componentes e equipamentos automotivos, máquinas, móveis tubulares, bicicletas, equipamentos para indústria da construção civil, eletrodomésticos, acessórios industriais e fundidos em geral;
- d) Mobiliário: copas, cozinhas, dormitórios e demais artigos no ramo;
- e) Têxtil/Vestuário: jeans, malhas, confecções em geral, tinturarias industriais e fiação;
- f) Produtos Alimentícios: aperitivos e pipocas; carnes, leites e derivados;
- g) Construção Civil: construção predial; desenho técnico; segurança.

Atualmente a educação é tida como um requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e para o progresso dos indivíduos. A ideia de que os países devem investir maciçamente em seus sistemas de ensino, pois assim elevam sua produtividade, sua produção e sua competitividade e melhoram a distribuição da renda, exigiu que as pessoas dedicassem mais tempo e recursos às atividades e tarefas de formação. Outro aspecto ligado à economia e à educação a ser mencionado é o crescimento populacional, pois entender e ter conhecimento da configuração e características da população é indispensável para que o governo possa destinar os serviços públicos que são realmente necessários (saúde, habitação, educação, alimentação e segurança).

Dados dos últimos censos realizados pelo IBGE apontam o aumento da taxa de crescimento demográfico em Santa Catarina como superior à da média brasileira. A microrregião de Itajaí ficou em primeiro lugar em crescimento populacional, sendo que os jovens e as mulheres são os principais grupos que saem em busca de trabalho e melhor qualidade de vida nos municípios considerados pólos regionais ou nas grandes concentrações urbanas. Daí o evidente crescimento populacional, considerando que a principal atividade econômica nessas microrregiões são os setores de comércio e serviços.

O maior crescimento populacional ocorreu nos municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, sendo que o último apresentou a quarta maior taxa de crescimento populacional de todo o Estado de Santa Catarina (10,3%).

Esse crescimento populacional resulta em aumento na demanda por cursos profissionalizantes que capacitem a população a fim de atender às mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de acompanhamento do progresso da ciência e da tecnologia, pois não ter acesso à educação é ficar à margem da sociedade.

O sistema educacional em Santa Catarina é estruturado da seguinte forma: 1) Educação Básica composta por três etapas: educação infantil que atende crianças de 0 a 5 anos, em creches ou pré-escolas, geralmente mantidas pelo poder municipal; ensino fundamental, a qual atende alunos de 6 a 14 anos, tem caráter obrigatório, é público, gratuito e oferecido de forma compartilhada pelos poderes municipal e estadual, e; ensino médio atendendo jovens de 15 a 17 anos, e é oferecido basicamente pelo poder estadual e, pelo poder Federal, apenas no Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú. Além disso, essa mesma Instituição oferece um Programa Especial de Educação de Jovens e Adultos Profissionalizantes – PROEJA - que visa dar oportunidades educacionais apropriadas àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade própria. 2) O Ensino técnico, também é oferecido pelo Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, sendo que Colégio Agrícola de Camboriú era reconhecido nacionalmente pelo Ensino Técnico – concomitante e pós ensino médio.

Em relação ao ensino superior, a região contava apenas com a Universidade do Estado de Santa Catarina, ofertando somente o curso de graduação em Administração de Serviços Públicos. Ainda em relação ao ensino superior esta região conta com a rede privada de ensino superior, destacando-se a UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí, que oferece cursos de graduação e tecnológico em diversas áreas.

Percebe-se, portanto, que a região é carente de um ensino superior público e de qualidade que atenda à demanda crescente da população menos favorecida e necessitada de capacitação profissional.

Nesse sentido, o governo brasileiro vem integrando a educação, a ciência e a tecnologia, a fim de que as três áreas juntas formem o tripé do desenvolvimento do país. A educação, nesta visão, torna-se promotora da cidadania social e da competitividade econômica num paradigma produtivo baseado na dominação do conhecimento. Portanto, o desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado nacional e internacional, bem como de uma maior participação social do cidadão.

3.3 O Campus de Sombrio

O *Campus* de Sombrio está localizado no município de Santa Rosa do Sul, no extremo sul catarinense, na região composta pelos municípios da AMESC (Associação dos Municípios

do Extremo Sul Catarinense), a 15 km da rodovia BR 101. A região da (AMESC) é composta atualmente por 15 municípios filiados (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo).

A região da AMESC é formada por dois municípios litorâneos (Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota), limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, ao norte com municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC e a oeste com os campos de cima da Serra Geral.

O *Campus* de Sombrio é, atualmente, ponto de referência na região de sua abrangência e desde o início de suas atividades, oferece cursos técnicos e ensino médio e, aos poucos, foi ampliando suas atividades pedagógicas para outras áreas do conhecimento, como Informática e Turismo e Hospitalidade.

O fato da atividade agropecuária destacar-se na região da AMESC confere a atuação do *Campus* de Sombrio grande relevância para a região, proporcionando qualificação à sua população.

Os índices consideravelmente crescentes sobre desenvolvimento humano que envolve educação, renda e esperança de vida. Embora indiquem uma crescente satisfação no que diz respeito à qualidade de vida, a região ainda apresenta diversas necessidades no campo educacional. Estas dificuldades constituem-se em grandes impedimentos para uma parcela da população que não pode dispor de recursos financeiros para custear um curso superior nas universidades particulares disponíveis e posicionam-se à margem da educação superior do país, fazendo da região um grande campo de oportunidades, sem que haja profissionais qualificados para aproveitá-las. A expansão do ensino superior, público e gratuito, aliado à Educação Profissional, na região é medida de extrema urgência com vistas a atender os anseios de uma população que busca na qualificação profissional a esperança de um futuro melhor.

3.4 O Campus de Rio do Sul

O *Campus* de Rio do Sul está localizado numa região Central de Santa Catarina, denominada Alto Vale do Itajaí, sendo Rio do Sul o município polo, o mais populoso da região, com 56.919 habitantes, segundo o censo do (IBGE, 2007).

A economia de Rio do Sul é bastante diversificada, com indústrias de manufaturados de madeira, vestuário em jeans e malha, produtos metais-mecânicos, eletrônicos e alimentícios, entre outros. O setor agropecuário, destaca-se pela produção de leite, suinocultura, avicultura, produção de arroz, fumo, cebola e mandioca

A região do Alto Vale do Itajaí é composta de 28 municípios, perfazendo uma área total de 7.514 km², com uma população de 255.486 habitantes, segundo o censo do (IBGE 2007). Uma de suas características mais marcantes é a distribuição equitativa do desenvolvimento industrial e populacional no espaço territorial, mesclando atividades de produção agrícola, de serviços e de indústrias nos interstícios dos espaços rurais e urbanos.

O setor têxtil apresenta parcerias com confecções de pequeno porte, geralmente familiares, que se localizam inclusive no espaço rural. Isto confere um caráter diferenciado para o desenvolvimento rural regional. A presença de atividades não agrícolas dinamiza a própria atividade agrícola, oportunizando, às famílias, opções de trabalho na indústria sem ter que se deslocar aos centros urbanos, causando os bem conhecidos impactos das aglomerações populacionais. Do total da população, 43,9% residem em áreas rurais e 56,1% em áreas urbanas o que é expressivo em relação ao estado de Santa Catarina, que tem 37% da população no meio rural (IBGE - Censo Demográfico, 2007).

A agricultura familiar é predominante, sendo que 98,16% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 50 ha, e respondem por 91% da força de trabalho rural e por 84% do valor do produto bruto (VBP). Porém, os sistemas de produção tendem à gradativa perda da diversificação, se especializando nas culturas comerciais, como cebola, fumo e arroz, que representam 84% do VBP agrícola. Em número menos expressivo, há o feijão, o milho, a mandioca e as hortaliças. Na área de produção animal, destaca-se o gado de leite, a apicultura, a piscicultura, a suinocultura e a avicultura. Paralelamente a isto emergem iniciativas para a busca de outras atividades, tais como o turismo rural, a agroindustrialização familiar, a olericultura, a fruticultura, as plantas ornamentais e alguns sistemas de produção voltados para a produção agroecológica.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul possui 13 Centros Educacionais que atendem o ensino fundamental e 20 Centros de Educação Infantil que atendem a educação infantil do município. Já o Estado de Santa Catarina possui 08 Estabelecimentos de Ensino em Rio do Sul, atendendo a educação fundamental e o ensino médio. Destacam-se ainda os colégios de ensino fundamental e médio particulares tradicionais na região, totalizando seis unidades em Rio do Sul que oferecem desde a educação infantil até o ensino médio.

No ensino técnico temos, além do *Campus* do Instituto Federal Catarinense, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) que oferecem o ensino Médio articulado com educação profissionalizante.

Quanto ao ensino superior, há duas universidades, a Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, que foi fundada em 1966 e a Faculdade Metropolitana de Rio do Sul FAMESUL, que em 2005 iniciou suas atividades, além de pólos de ensino de outras universidades como a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia do Vale – (FCTV), todas particulares.

Percebe-se que no campo educacional, é premente ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e de Ensino Superior públicos e gratuitos, atendendo prioritariamente as áreas estratégicas de desenvolvimento.

Em síntese, pode-se dizer que a área de abrangência do *Campus* de Rio do Sul apresenta a característica positiva do “modelo” catarinense de desenvolvimento, dada pela distribuição espacial da população, com baixo índice de concentração fundiária e pela diversidade de atividades econômicas. (fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), Governo do Estado de Santa Catarina).

3.5 O *Campus* de Concórdia

A colonização da Região Oeste de Santa Catarina estendeu-se da década de 1920 até a década de 1960, quando esgotou-se a ocupação da fronteira de colonização agrícola. A base do crescimento econômico regional tem sido a produção familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionada ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria. Diz-se familiar, por utilizar majoritariamente a mão-de-obra da família. É diversificada por obter a renda de várias explorações com fins comerciais e de auto-abastecimento, visando basicamente o melhor aproveitamento da mão-de-obra ao longo do ano, redução de impactos decorrentes das flutuações de preços e safras, melhor aproveitamento das terras com diferentes aptidões de uso, busca de interação de explorações agropecuárias, com melhor aproveitamento de subprodutos. Segundo dados da Escola Sul, (CUT2006), 84% dos trabalhadores rurais da região Sul do País, atuam na Agricultura Familiar.

Na medida em que se expandiu a ocupação da fronteira agrícola, expandiu-se também a produção de excedentes de parte desta produção familiar, e com ela, os capitais comerciais, num primeiro momento e, por fim, os agroindustriais. Inicialmente os produtos que mais ilustram este processo são: o feijão, o trigo, e o milho, e suíno e posteriormente a banha derivada do abate artesanal de suínos, seguindo-se o abate industrial de suínos e, a partir de 1970, de aves.

Apesar de sua colonização ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, a região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves da América do Sul, tendo conquistado mercados distantes, no país e no exterior.

Hoje, a região oeste catarinense abrange uma população de 1,1 milhão de habitantes e uma área de 24,3 mil km², com 99 municípios organizados em seis associações. A AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) é formada por Concórdia e mais 15 municípios. No município de Concórdia, na área de ensino encontram-se 48 escolas de ensino fundamental e médio, com cerca de 5.490 concluintes anualmente nos dois níveis de ensino.

Apesar do grande progresso econômico e da utilização na região, de modernas tecnologias de produção, ainda encontram-se preservadas a história, os hábitos e costumes de seus colonizadores, na sua grande maioria de origem italiana e alemã.

A história do município de Concórdia tem início com a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, pela *Brazil Development Colonization Company*, que iniciou as atividades de colonização, negociou as terras em pequenos lotes coloniais, variando de 8 a 15 alqueires paulistas, atraindo para cá colonos de origem italiana e germânica e imigrantes do Rio Grande do Sul.

O município foi instalado definitivamente a 29 de julho de 1934, com uma área de 781,84 km², dos quais 756,44 km² na área rural.

Situa-se na região Sul, mesorregião do oeste catarinense e na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, com uma população de 58.502 habitantes (senso 1996), sendo 27% na zona rural.

A base econômica do município teve início com a exploração da madeira (primeira atividade econômica), seguida pela cultura do milho associada a suinocultura, primeiramente independente e mais tarde integrada às grandes agroindústrias.

Hoje, Concórdia possui em torno de 4.500 propriedades rurais, sendo que destas , 40% possuem menos de 10 ha, com boas condições para a produção orgânica, solos favoráveis e transformação artesanal .

Concórdia é reconhecida nacionalmente como a “capital da suinocultura”. Sua topografia acidentada, característica da região, possui muitos atrativos naturais como: rios, cascatas, colinas, belas propriedades rurais e áreas verdes, além de um potencial socio-cultural representado por grupos folclóricos alemães e italianos, grupos teatrais, corais e Teatro Municipal (espaço ideal para manifestações artísticas da comunidade e região). Possui um Parque Municipal de Exposições onde ocorre anualmente a FENAL - “Festa Nacional do Leitão Assado”, um dos mais importantes eventos do calendário de promoções do município, que surgiu devido ao progresso da produção de suínos e aves de Concórdia.

A região de Concórdia, na década de 40 do século passado, contava com uma pequena rede educacional estruturada em escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo que o Ensino Médio visava à formação profissional nas áreas de Comércio e Magistério. Este panorama atendia ao universo dos filhos de agricultores e industriários, os quais formavam grande parte da mão-de-obra ativa da região. A região ressentia-se de um ensino mais direcionado e voltado para a qualificação de técnicos que pudessem colaborar com o processo de desenvolvimento agrícola.

Assim, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – SC iniciou suas atividades em março de 1965, como Ginásio Agrícola. Sua criação deve-se à solicitação da comunidade concordiense aos líderes da região, em especial, ao senador, Atílio Francisco Xavier Fontana que, durante a visita do presidente Jânio Quadros, ressaltou-lhe a importância de uma escola técnica para a região. O funcionamento foi autorizado pelo Decreto nº. 60.731 de 19 de maio de 1967, formando a 1ª turma em 1968.

Elevou-se de Ginásio Agrícola para a categoria de Colégio Agrícola, em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº. 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº. 83.935 de 04 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. A transformação em autarquia aconteceu pela Lei nº. 8.731 de 16 de novembro de 1993. Vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº. 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC (atual SETEC) adquiriu autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

3.6 O Campus de Araquari

O *Campus* de Araquari localiza-se na região Norte-Nordeste do Estado de Santa Catarina cujo epicentro é a cidade de Joinville. A população total da região (incluindo a área de expansão) é de, aproximadamente, 1.100.000 habitantes, sendo a região com a maior concentração industrial do estado. Possui uma alta qualidade de vida, com um IDH médio de 0,853. E, por ter sido colonizada por diversas nacionalidades, principalmente por alemães, noruegueses, italianos, suíços, portugueses e poloneses, diversificou as atividades econômicas no setor agropecuarista, na indústria e no comércio.

No setor agropecuarista, por exemplo, a produção varia entre as amplas áreas para rizicultura irrigada, bananicultura de alta tecnologia, batata, produção de orquídeas e plantas ornamentais, produção de conservas de vários tipos de produtos associados à indústria e apoiada pela tradição, e entre a produção de frangos de corte para exportação e atendimento ao mercado interno. Existe ainda a produção de marrecos, consorciados com o arroz ou não, tendo como principal alvo as festas típicas regionais do mês de outubro. A bovinocultura é baseada principalmente na pequena propriedade para a subsistência e venda de algum excedente. Há também na região da serra criações de ovinos, caprinos e bovinos de corte.

Na indústria, a região é altamente desenvolvida no setor têxtil, com fortes pólos como Jaraguá do Sul e Joinville, e ainda a metal mecânica e a de plásticos em Joinville. Subindo a serra encontra-se um forte pólo moveleiro nas cidades de São Bento do Sul e Rio Negrinho.

No comércio, é o desenvolvido setor de eventos de Joinville que propicia o aperfeiçoamento da rede hoteleira, de serviços e de restaurantes. Já na região serrana e na de Jaraguá do Sul predomina o turismo rural com hotéis campestres que oferecem atividades como o arvorismo, e ainda trilhas e cachoeiras dentro de parques. O litoral com praias exuberantes e com infraestrutura completa atrai turistas de várias partes do País e também do exterior, principalmente nos meses de verão, estação propícia à prática de esportes náuticos.

No que diz respeito à aquicultura, a região norte possui um pólo de carcinicultura (criação de camarões) com cerca de oito fazendas, onde ocorre a engorda do camarão branco do pacífico. Aproximadamente 125 famílias são responsáveis pela produção de mexilhão marinho na região de São Francisco do Sul onde ainda 3.000 famílias vivem da pesca artesanal e há associações de produtores de peixes de água doce com pesca esportiva, voltados para o mercado interno e exportação.

Toda a produção da região Norte pode ser escoada de quatro maneiras: pelos Portos de São Francisco do Sul e de Itajaí (exportação e turismo), por ferrovia (escoamento de cereais e óleos vegetais, inclusive da região central do Brasil), pelos aeroportos de Navegantes e de Joinville e ainda pela rodovia BR-101 que liga o sul do país.

Já no setor de tecnologia de informação, a expansão do mercado de trabalho de informática provocada pela vocação da região norte do estado de Santa Catarina e em especial das regiões metropolitanas de Araquari, Joinville, Barra do Sul e São Francisco do Sul, que são voltadas para a exploração do turismo, turismo de negócios e o desenvolvimento de indústrias de base tecnológica está diretamente ligada à computação e seus meios de comunicação.

O *Campus* de Araquari está às margens da rodovia BR-280, no município de mesmo nome, distante 20 km do centro de Joinville, 15 km de Balneário Barra do Sul, 18 km de São Francisco do Sul, 40 km de Jaraguá do Sul e Barra Velha, 50 km de Massaranduba, 104 km de Rio Negrinho e 151 km de Itaiópolis. Atualmente, a região está servida por escolas públicas e privada, sendo a educação básica (ensino médio) pública da rede estadual ofertada em 66 escolas, atendendo, em 2003, aproximadamente 41.280 estudantes.

Das quatro escolas públicas de educação profissional, existentes na região, o *Campus* de Araquari é o único que oferece educação profissional na área de agropecuária, aquicultura e pesca, e sistemas de informação. Apenas a Universidade Estadual oferece ensino superior gratuito. Existe, no entanto, uma grande oferta de ensino privado em nível superior e, em menor grau, na educação básica, principalmente de nível médio.

3.7 O *Campus de Videira*

Videira possui o *Campus* mais jovem do Instituto Federal Catarinense, situada no Vale do Rio do Peixe, o município de Videira está a 450 km da capital, Florianópolis. Tem uma área de 378,4 km² e faz limites com os seguintes municípios: Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste. Possui clima úmido do tipo temperado, com as estações bem definidas e temperaturas médias que variam de 35° C no verão a 0° C no inverno. O acesso terrestre pode ser feito pela SC-453 e SC-303. O aéreo, através do Aeroporto Municipal "Prefeito Ângelo Ponzoni".

A população atual é de aproximadamente 50.000 mil habitantes e tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. No setor primário, o destaque é a

fruticultura de pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se na criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, o forte são as cantinas de vinho, indústrias de sucos e a empresa Brasil Foods (Perdigão/Sadia), um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior fatia da produção de aves e suínos do município e da região, gerando milhares de empregos.

Pela sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal denominada Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, constituída de rica reserva de plantas nativas.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

4.1 O Campo de Pesquisa

Nosso campo específico de pesquisa é o Campus Camboriú, do Instituto Federal Catarinense, formado pelo antigo Colégio Agrícola de Camboriú. O Campus Camboriú foi escolhido porque seu quadro docente, anteriormente à transferência para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, era composto somente por professores do ensino médio que, agora, passaram a pertencer ao quadro do ensino básico, técnico e tecnológico. Ministras aulas para cursos superiores passou a ser, então, um desafio a ser superado por todos. Acompanhar as formas de superação das dificuldades e apresentar algumas sugestões está entre os objetivos da presente pesquisa. Outro dado significativo que pendeu para a escolha do Campus Camboriú foi o fato de ser formado por um Colégio Agrícola que era vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, portanto, em tese, sem autonomia pedagógica, financeira e/ou administrativa.

Passamos a apresentar, agora, os resultados da pesquisa de campo, que foram separados por itens com a intenção de facilitar sua compreensão.

4.2 Estrutura física e recursos didáticos do Campus Camboriú

A pesquisa demonstrou que o Instituto Federal Catarinense, Campus de Camboriú, enquanto Colégio Agrícola de Camboriú atendia alunos de nível médio técnico, com os cursos técnicos em: agropecuária, meio ambiente, informática, turismo e transações imobiliárias. Com 204 hectares de área total, sendo 19.449 m² de área construída, 16 salas de aula, totalizando 2.191 m² de área de salas de aula; o IFC – Campus Camboriú encontrava-se em 2009 com 998 alunos, e uma área de 2,19 m² de sala de aula/aluno. Uma relação importante que atende os parâmetros educacionais, no que tange a área necessária de sala de aula por aluno. Para 2010, a previsão é de 1.309 alunos, o que altera esta relação, reduzindo para 1,67 m² de sala de aula/aluno. Teremos então, já neste ano, uma redução de 24%, que deve ser agravada, uma vez que as metas para aumento de clientela atendida não acabam em 2010. A análise da relação m² de sala de aula/aluno deve considerar, ainda, a distribuição destes nos três turnos de funcionamento da instituição, pois, devido à origem rural da grande massa de alunos que a Instituição atualmente atende, visando cumprir sua missão social, a baixa renda

das famílias direciona para a necessidade de internato, que agrega alimentação, suporte sanitário e psicológico.

A Tabela 1 apresenta dados referentes às áreas do IFC – Campus de Camboriú.

Tabela 1 - Áreas em m² de alguns elementos da estrutura do IFC – Campus Camboriú.

Descrição	Número	Área (m²)
Salas de aula	16	2.191
Laboratórios	16	1.218
Biblioteca	01	620
Auditórios	01	600
Poli-esportivos	01	1.575
Administrativos	09	1.870
Unidades Didáticas	15	5.840
Atendimento ao aluno	12	3.215
Serviços Gerais	06	2.370
Área total construída (m²)		19.499
Área total da Instituição (ha)		204

Estudos mostram que o percentual de conhecimento assimilado em uma aula expositiva, com a utilização de um só recurso, é muito restrito, inclusive pela possibilidade de dispersão de atenção do estudante, no caso dos adolescentes, o problema se agrava.

Salas de aulas com o mínimo de conforto comprometem o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Uma sala salubre, bem ventilada, com pé direito alto, boa iluminação sistema elétrico em funcionamento, espaço adequado, carteiras em condições de uso e que não ofereça riscos ao estudante e ao docente, é o mínimo que se espera de Instituições Federais de Ensino que buscam a excelência no processo educacional.

Apesar de o Governo Federal investir R\$ 750 milhões, atender 500 mil alunos em 354 escolas, essas escolas não apresentam uma estrutura mínima para oferecer qualidade a estes 500 mil alunos. A preocupação governamental atual parece ser somente de criar um número cada vez maior de escolas novas e gerar números, mas a comunidade se pergunta: E as Escolas que já existem há mais de 30 anos? Como ficam? Instituições que ao longo de décadas desenvolveram trabalhos sérios e de qualidade, muitas vezes com déficit de docentes, com estruturas deficientes, sem recursos audiovisuais adequados, não merecem atenção especial?

Casos como estes, nos geram dúvidas quanto à seriedade do plano governamental, pois, questiona-se: porque criar estruturas tão próximas? Não poderia ser otimizado? Por que em Santa Catarina, existir dois Institutos Federais com mesmos objetivos, por questões

políticas? Isso não onera os cofres públicos? Se isso onera os cofres públicos e ocorre por problemas políticos, como se pode dizer que a criação dos Institutos é um **plano de Estado**?

A idade média baixa dos alunos faz com que a maior procura seja para cursos diurnos e, em atendimento aos anseios da comunidade, a Instituição acaba por saturar a estrutura física com o oferecimento de cursos diurnos, subutilizando a estrutura nos horários noturnos. A dificuldade de alteração de horário de funcionários administrativos e docentes em relação ao turno da noite também é um fator que contribui com a subutilização das estruturas noturnas. Isso significa que para continuar a oferecer os cursos dentro dos parâmetros de qualidade anteriores à mudança, há necessidade de contratação de mais docentes e técnicos administrativos.

Um dado positivo decorrente da mudança foi a ampliação da biblioteca. Com a transição para Instituto Federal foi necessário que se investisse em infraestrutura. Foram adquiridos projetores multimídia, livros, aumentando o acervo em 5%, além da construção de uma biblioteca de 600 m² de área. A estrutura física da biblioteca do Campus Camboriú foi, em 2009, ampliada em 130% de sua área, fazendo com que o acervo atual da Biblioteca do IFC – Campus Camboriú, em número de exemplares/aluno se equipare ao das principais Universidades do país.

A caracterização e o levantamento das preocupações dos docentes pertencentes ao quadro de servidores do atual Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, universo amostral desta pesquisa, fundamentou as análises e discussões do processo de Ifetização que integram este capítulo.

O foco da pesquisa de campo, porém, não se limitou à caracterização da estrutura física, mas **se** preocupou, também, com a gestão de pessoas, suas expectativas e preocupações. Para coletar esses dados foi utilizado um questionário composto por 7 (**sete**) perguntas.

Foram entrevistados trinta e nove (39) dos quarenta e quatro (44) docentes pertencentes ao quadro do IFC. As perguntas foram feitas objetivando caracterizar o posicionamento dos entrevistados frente ao processo de Ifetização. Além do cargo ocupado, visões como pontos positivos e negativos do processo, impactos regionais, perda de identidade da instituição, aberturas de cursos superiores, juntamente com a necessidade de capacitação docente foram alguns dos pontos questionados. Todos os questionários encontram-se em anexo (Anexo 1 a 39). Algumas análises são feitas, a seguir.

4.3 Atuações e Cargos

As Escolas Agrotécnicas e Colégios Agrícolas vinculados às Universidades possuíam estruturas de gestão diferentes. As primeiras, Autarquias Federais vinculadas diretamente à SETEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica) órgão ligado ao Ministério da Educação, com cargos de direção e funções gratificadas. A segunda, composta por uma estrutura mais enxuta, mantendo a gestão principal na Unidade mantenedora, que, no nosso caso, é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os colégios agrícolas vinculados, não apresentavam autonomia financeira, pedagógica e administrativa como as escolas agrotécnicas, fator complicador para o momento da incorporação, pois instituições que por décadas seguiram regimes de gestão diferentes com seus quadros docentes e administrativos treinados a seguir regras, que até então acreditavam ser as melhores, agora passam a integrar um Instituto que no mínimo precisa possuir um sistema que atenda estas diferenças.

Durante a realização das entrevistas no Campus Camboriú, foram entrevistadas pessoas ocupantes de diferentes posições hierárquicas, como se pode observar na Figura 1, inserida na página 5. De todos os 39 entrevistados, 31 eram professores sem vínculo às equipes de gestão.

A pergunta: “qual o seu cargo?” era necessária para avaliar a influência da posição do docente inserido na gestão da Instituição e sua forma de pensar sobre o processo de incorporação. Paulo Freire, em seu livro *A Pedagogia do Oprimido* (2007), já alertava que quando o oprimido se identifica com o opressor, ele passa a ser opressor.

Nota-se através das respostas presentes nos anexos de 1 a 39 que docentes ocupantes dos cargos de gestão têm uma visão diferente, atrelada aos objetivos do governo, enquanto que os docentes efetivos sem vínculo com a gestão defendem interesses voltados à qualidade de ensino, ao acúmulo de trabalho e infraestrutura, dentre outros.

No processo de transição para o IFC, os servidores que assumiram cargos e funções específicas não receberam nenhum tipo de capacitação ou treinamento, procedimento primário que deveria ter precedido todo o processo. Os coordenadores de setores foram escolhidos por razões políticas e não técnicas, e vários daqueles que foram nomeados pró-reitores, sequer tinham noção do trabalho que deveria ser desenvolvido em sua pró-reitoria, porém, já estavam, desde o início da gestão, sendo remunerados como tal. Cargos em

comissão e gratificações foram e estão sendo até hoje os principais incentivos para a implantação dos Institutos Federais.

4.4 A Transição e a Gestão de Pessoal

Os docentes, no ano de 2008, obtiveram um avanço em sua estrutura de carreira. A Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, modificou a antiga carreira de Professor de Ensino de 1º e 2º Grau para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, uma vez que os Institutos Federais atendem aos diferentes níveis e modalidades, e seus professores precisarão exercer o magistério em todos os níveis.

Além da estrutura da nova carreira, a questão salarial também é importante. A mesma Lei citada anteriormente reajustou significativamente a remuneração dos docentes, mas, principalmente, para quem possui o Título de Doutor. As demais categorias tiveram reajustes bem menores ou quase inexistentes. Isso força a busca por qualificação, em uma categoria docente composta por muitos formados exclusivamente na graduação. É necessário, então, formar esses professores nos níveis de mestrado e doutorado, uma vez que no Brasil, para se cursar um doutorado, é quase obrigatório o título de mestre. Apesar de não estar explícita na legislação vigente essa hierarquia, os Programas de Pós-Graduação selecionam os candidatos a Doutor, tendo como um dos critérios a conclusão do mestrado.

4.5 Pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores

A pergunta relacionada aos os pontos positivos e negativos da integração da escola ao IFET foi feita a todos os trinta e nove entrevistados durante o estudo. O ponto positivo mais citado foi o da equivalência dos Institutos com as Universidades Federais. Ponderaram os docentes que haveria mais uma Universidade em Camboriú. Em relação ao antigo Colégio Agrícola com 57 anos de existência, em toda sua história ofertou somente o Curso Técnico em Agropecuária e, atualmente, oferece seis cursos técnicos. Para 2010 estão previstos três cursos de nível superior entre Sistemas de Informação, Tecnólogo em Negócios Imobiliários e Licenciatura em Matemática.

Outro ponto positivo citado pelos entrevistados diz respeito à reflexão dos professores a respeito da “Ifetização” do ensino técnico e tecnológico. A implantação dos institutos foi considerada por alguns como um marco histórico, a realização de sonhos de muitas comunidades. Também a valorização do corpo docente, atendimento à demanda por cursos

superiores, mudança da estrutura administrativa, verticalização do ensino com novas oportunidades e possibilidade de ampliação do desenvolvimento tecnológico regional, receberam destaques positivos.

Por outro lado, o ponto negativo mais citado foi a falta de estrutura do quadro docente. Os entrevistados ponderaram que já contavam com uma vasta experiência na educação profissional e média e, agora eram desafiados a trabalhar com a educação superior, sem qualificação prévia. Precisavam também desenvolver atividades de pesquisa e extensão e nem sabiam direito como colocá-las em prática. Outro ponto negativo muito destacado foi a falta de autonomia dos diferentes *campi*, já que estão todos subordinados a uma só reitoria e seus professores e técnicos pertencem ao quadro de funcionários do Instituto Federal, e não somente ao campus ao qual estavam vinculados. As decisões também devem ser tomadas em conjunto e os recursos financeiros precisam obedecer a uma ordem de prioridades que envolvem todo o Instituto. A perda de identidade também foi mencionada por vários dos entrevistados, por considerarem que a história pregressa de cada uma das instituições pode estar irremediavelmente ameaçada.

4.6 A Ifetização e a Perda de Identidade

A perda da Identidade atual da Instituição demonstrou ser um dos fatores que mais preocupam os docentes do antigo Colégio Agrícola de Camboriú. Mesmo depois de 14 meses funcionando como Instituto, a comunidade ainda nomeia o atual campus do Instituto Federal como Colégio Agrícola de Camboriú. Os próprios servidores apresentam dificuldades em aceitar o novo nome e a nova filosofia, pois há necessidade de uma perda de identidade para que uma nova possa surgir. A Figura 3 aponta, em termos percentuais, o posicionamento dos entrevistados frente a esta questão.

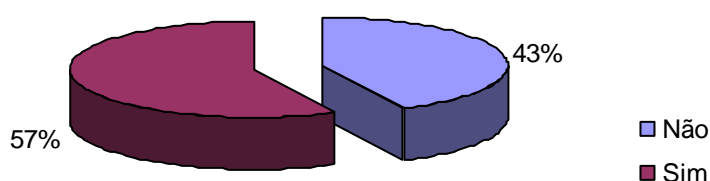


Figura 3 - Percentual do quadro de servidores entrevistados quando questionados sobre a possível perda de identidade da Instituição no processo de transição ao IFC.

4.7 Necessidade de Capacitação

Os servidores do IFC Campus Camboriú, quando entrevistados sobre a necessidade de formação/capacitação dos docentes integrantes do quadro, 44% afirmaram que seria extremamente necessário para o êxito da abertura de cursos e/ou convênios para pós-graduação em nível de doutorado e 37% concordam com a mesma necessidade em nível de mestrado. Ou seja, 81% dos entrevistados acreditam que a formação dos docentes para atender as necessidades atuais é uma prioridade, que antecede até mesmo as preocupações com infraestrutura. A Figura 4 ilustra estes resultados.

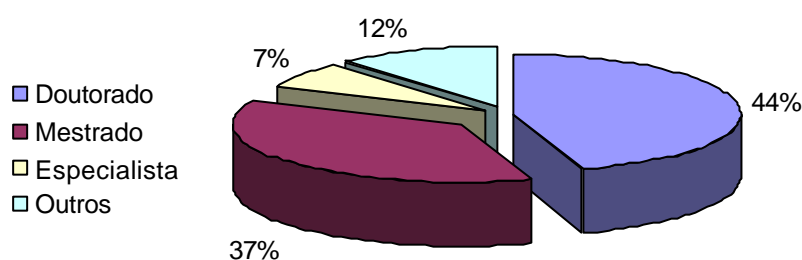


Figura 4 - Resultado da pesquisa sobre as necessidades de formação docente.

Vale ressaltar que, a preocupação com o quadro docente não é só em nível de gestão, pois se apresenta como um problema para os professores como um todo. A falta de docentes qualificados sobrecarrega aqueles que possuem maior qualificação. O atual concurso, aberto através do Edital 049/DDPP/UFSC com 20 vagas para docente, no qual todos os *campi* receberam 20 vagas, somente foi um nivelamento de quadro, ou seja, foram supridas as necessidades já existentes, sem preparar o Instituto para a abertura dos novos cursos, principalmente os superiores.

4.8 Autonomia

Segundo o Governo Federal o conceito de autonomia pressupõe a liberdade de agir, ou, em outras palavras, a possibilidade de autogestão, autogoverno, autonormação, ocorrendo em sistemas relacionais, em contextos de interdependência.

Se os Institutos Federais têm equivalência com as universidades, partimos do pressuposto que a autonomia de ambas as instituições também seriam equivalentes. A partir dessa premissa, buscamos um entendimento do que seria a autonomia universitária e constatamos ser um conceito complexo que vem dando margem a interpretações variadas, daí a necessidade de especificação de seu significado. O caráter polissêmico desse conceito é reconhecido por vários autores nacionais e estrangeiros. Enquanto uns consideram que autonomia e a negação de qualquer limite ou vínculo, independência e autodeterminação, outros a veem como uma independência relativa, autodeterminação limitada e liberdade concedida para um fim específico.

Na análise do termo que etimologicamente é originário de duas palavras gregas: *autós* e *nomia*, (CURY, *apud* OTRANTO, 2009, p. 40), vai mais além. Para ele, “*autos* significa por si mesmo, algo que se basta. Já a palavra *nomia* é polissêmica. Tanto pode significar lei, regra, modelo, seguir, como pode significar uma região delimitada”. Que a universidade é *autós*, não resta dúvida, ou não será universidade. *Autós* é a própria substância da universidade. Mas ela também *nomia*, que pode ser entendida em um dois sentidos mencionados acima.

O princípio de autonomia, no país, está de forma explícita assegurado pela última Carta Magna. No entanto, para passar do princípio constitucional para a real operacionalidade no interior das instituições universitárias, ele vem enfrentando sérias dificuldades. Na tentativa de superá-las, as propostas comuns direcionam no sentido de sugerir a elaboração de novas leis para normatizar o estabelecido no artigo 207 da Constituição em vigor. Todavia, OTRANTO (2009) afirma que qualquer atitude nesta direção serviria mais para restringir a autonomia do que facilitar o seu processo de operacionalização.

A história da educação no Brasil serve para comprovar esta afirmativa. Ela demonstra que a autonomia universitária foi controlada várias vezes por medidas legais que “surtiram efeito nos períodos discricionários e autoritários, em especial, no Estado Novo e durante o regime militar” (FÁVERO, *apud* OTRANTO, 2009 p. 41). Atualmente, já existe uma proposta de autonomia para os Institutos Federais que, de acordo com as citações acima, poderia restringir ainda mais a autonomia dessas instituições.

A suposta autonomia para os Institutos Federais citada pela Legislação (Lei nº 11.892/08) pode intimidar os servidores dos *campi* oriundos de vínculos com Universidades Federais, como é o caso do Campus de Camboriú, uma vez que nunca vivenciaram, na prática essa autonomia. A falta de experiência, aliada à preocupação com um cenário que traz um

novo modelo de gestão, pode comprometer a avaliação do próprio projeto do governo. A preocupação se agrava a partir da constatação de que este é um projeto de governo e não um projeto de Estado, que pode ser sensivelmente afetado em sua continuidade pela possível “*era pós Lula*”.

Ainda em relação à autonomia, cabe destacar que muitos servidores do IFC – Campus Camboriú, alegaram a falta de autonomia decorrente do vínculo com a Universidade Federal de Santa Catarina como fator decisivo para integração ao IFET. Cumpre, agora, avaliar se houve realmente ampliação da autonomia institucional, ou se o Colégio simplesmente trocou de vínculo, ficando atrelado a uma reitoria localizada em outra cidade. Quem dará as ordens? As necessidades do campus de Camboriú serão mais atendidas agora do que na época em que estava vinculado à Universidade? Infelizmente, essa pergunta ainda não pôde ser respondida. É preciso dar tempo ao tempo para uma avaliação mais precisa.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destacado na parte inicial desta pesquisa, ao longo da história da educação brasileira, várias ações voltadas para o ensino profissionalizante foram implementadas, principalmente a partir do Brasil Império, e ampliadas com o advento da república, ao longo de todo o século XX. Durante esse tempo, o ensino agrícola foi regulamentado e ampliado, e muitas Escolas Agrícolas foram criadas com infraestrutura capaz de manter, em regime de internato, seus estudantes. Tinham como principal objetivo, absorver o filho do produtor rural, formá-lo, para que este voltasse à propriedade e fomentasse uma melhoria de qualidade de vida da família, vizinhos e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional de sua microrregião. Considerando o universo de abrangência das escolas agrícolas e agrotécnicas do país, o sombreamento era quase nacional.

No entanto, algumas variáveis sociais, educacionais e econômicas começaram a desfavorecer o retorno destes alunos ao campo e ampliar seus horizontes na busca pela educação superior. Para agravar o quadro, alguns integrantes dos governos da década de 1990 começaram a divulgar que as escolas agrícolas apresentavam um alto custo/aluno, algumas ultrapassando os US\$ 5.000/aluno formado/ano, custo este mais alto que muitas escolas equivalentes em países de primeiro mundo. O então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, chegou a declarar que considerava um absurdo um aluno do ensino profissionalizante do CEFET, depois do governo investir tanto em sua educação, fazer concurso para uma universidade federal. Sem dúvida alguma, retirar o ensino profissionalizante dessa visão discriminatória que o acompanhou ao longo dos tempos, e apresentar a proposta de criação de instituições profissionais que levasse o aluno, sem maiores problemas até os cursos de pós-graduação foi uma variável favorável ao apoio da implementação dos Institutos Federais. Era como se a educação profissional pudesse finalmente se ver em iguais condições com o ensino propedêutico, historicamente mais valorizado. Essa visão, aliada ao desejo ser mais autônoma ao desvincular-se da Universidade Federal, contribuíram de forma decisiva para a quase imediata adesão ao Instituto Federal.

A proposta do governo veio amparada na otimização de estruturas, ampliação do quadro docente e técnico, incentivo à qualificação, equiparação às universidades federais, criação de vários cargos comissionados, instalação de uma reitoria, dentre outros privilégios que teriam aquelas instituições que se integrassem ao novo modelo. Não deixou de lado,

porém, as ameaças para aquelas que ousassem dizer não. O governo investiu pesado na sua proposta política e a maioria das instituições profissionais a ela aderiu.

A pesquisa que deu origem a esta Dissertação de Mestrado teve por objetivo investigar como se desenvolveu o processo de adesão e como está sendo a incorporação do antigo Colégio Agrícola de Camboriú ao IFET Catarinense. Para atingir seu objetivo foram feitas várias observações locais e entrevistados 39 docentes, do total de 44 do atual quadro.

Os docentes entrevistados apresentaram pontos positivos e negativos já visíveis na integração. Foram apresentados como positivos: a) a equivalência dos Institutos com as universidades federais; b) o destaque dado ao ensino técnico e tecnológico com a “Ifetização”; c) a valorização do corpo docente; d) o atendimento à demanda por cursos superiores; e) a verticalização do ensino profissional; f) possibilidade de ampliação do desenvolvimento tecnológico regional.

Os pontos negativos mais destacados foram: a) a pouca capacitação em nível de pós-graduação do quadro docente; b) a falta de infraestrutura do campus para atender às novas demandas; c) a falta de autonomia do campus; d) a perda de identidade do antigo Colégio Agrícola; e) a perda de vínculo dos docentes e técnicos com o antigo CAC, já que agora passam a fazer parte do quadro do IFET, podendo ocorrer transferências indesejáveis.

Percebe-se, com as respostas obtidas, que há uma vontade imensa de acertar e um medo enorme de dar tudo errado. No entanto, com as limitações inerentes ao curto espaço de tempo pesquisado e à integração recente do CAC ao IFET Catarinense, conclui-se, primeiramente, que a fase de transição ainda está sendo marcada pela incógnita, pela dúvida do que poderá acontecer após o segundo mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva. O campus de Camboriú, assim como os demais, está investindo muito na mudança e implementando práticas talvez irreversíveis, no caso da ideia não dar certo ou de um novo governo não concordar com o quadro que está posto e quiser instituir uma nova mudança.

As preocupações procedem, pois estão amparadas em experiências vividas pelas próprias instituições de educação profissional. Se fizermos uma rápida retrospectiva histórica, e voltarmos para a década de 90 do século passado, pode-se destacar dois fatos. O primeiro foi a chamada Cefetização, na qual muitas Escolas Agrotécnicas, motivadas pela promessa de serem alçadas à condição de CEFET, abriram 5, 8 ou 10 cursos com a promessa de estruturação e de concurso público para complementação de quadro docente e técnico. Quando os cursos entraram em funcionamento depararam com o mesmo quadro de professores e técnicos, uma duplicação no número de alunos, e os docentes ministrando mais

de 30 horas/aulas em sala/semanais, o que contribuiu para que muitas Instituições fechassem seus cursos logo após a abertura. O segundo fato foi a proposta das Organizações Sociais, de Bresser Pereira, em 1998, quando algumas instituições fizeram investimentos grandiosos em setores específicos como foi o caso das unidades modelo de produção leiteira, abatedouros e laticínios, muitos até hoje inacabados. A proposta do governo, nesse caso, era entregar as Escolas Agrotécnicas e Agrícolas para o setor privado, alegando que eram muito dispendiosas e para que isso acontecesse, elas precisariam de uma fonte de renda interna para sua subsistência. O projeto fracassou em 2000, seguido de uma demissão em massa da equipe idealizadora. No entanto, os escombros, prejuízos e a própria privatização interna, em alguns casos, podem ser computados até os dias atuais. Os fatos demonstram que projetos de governo podem acabar quando os governos terminam. Daí surge o questionamento: Por que a proposta de criação dos Institutos Federais é apresentada como uma proposta de governo, mais passível de mudanças e não como uma proposta de Estado, que teria um caráter mais duradouro?

Além destas dúvidas, a transição conta com outras preocupações em relação ao futuro. Escolas vinculadas às Universidades, que até então mantinham um sistema de gestão passiva, foram submetidas instantaneamente a procedimentos ativos, gerando suas folhas de pagamento, tendo que efetuar licitações, gerar planos e orçamentos, propor cursos, aprovar e executar, uma verdadeira corrida contra o tempo. Além disso, há falhas em muitos setores, como é o caso do enquadramento dos docentes no novo plano de carreira, o do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Lei n. 11.784/08) que necessita de algumas regulamentações de base e das progressões funcionais, porém as Instituições, com seus Reitores, Pró-reitores e Coordenadores empossados, sequer se debruçaram sobre o assunto. Há docentes com mais de 15 meses aguardando um processo de progressão, porque simplesmente o Governo Federal deu autonomia às Instituições para traçar normas internas e elas nem sequer compuseram suas comissões. Realmente o processo de transição envolve sérias dificuldades e que trazem dúvidas, receios e inquietações.

A expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica promete aumentar significativamente o número de vagas ofertadas nos cursos de ensino básico, técnico, tecnológico, de graduação e pós-graduação. A transformação do Colégio Agrícola de Camboriú, considerada a escola mais antiga do estado de Santa Catarina, em Instituto Federal Catarinense alterou os objetivos da Instituição, incorporando-se aos cursos técnicos, tradicionais do Colégio, cursos de graduação e pós-graduação, seguindo a legislação de criação dos IFETs proposta pelo governo federal.

Na pesquisa de opinião realizada no Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, e na comunidade em seu entorno, o índice de aprovação à proposta do governo foi significativo. Para a comunidade em geral, a Ifetização é “maravilhosa”, pois além da abertura de *campi* em várias regiões do país, a proposta do ensino superior gratuito e acessível próximo de casa foi bem aceita pela população.

Essa expansão vem acompanhada de promessas de contratação de docentes com formação acadêmica que atendam a nova realidade surgida, pois os docentes contratados deverão atuar nos diversos níveis de ensino do Instituto, ministrando aulas para alunos com faixa etária entre 14 (cursos técnicos) e 60 anos (PROEJA), além de pesquisa e extensão.

Mesmo com resultado de pesquisa *in loco* realizada no IFET, Campus Camboriú, apontando para uma realidade onde a contratação de mestres ou doutores pode ser uma solução para as deficiências docentes, algumas dúvidas já começam a surgir. Os novos professores doutores podem ingressar na Instituição com perfil de pesquisa e não de sala de aula, sem conhecer as questões históricas e muitos sem comprometimento com o Instituto. Considerando as metas do governo, isso pode se tornar um problema, principalmente quando o regimento docente interno do Instituto Federal Catarinense prevê uma carga horária de 20 horas/aulas/semanais no ensino superior e 22 horas/aulas/semanais no ensino técnico integrado. O questionamento que muitos estão fazendo neste momento é se os professores doutores darão aulas no ensino técnico integrado. Será que estarão preparados para isso?

Absorver um docente com mestrado ou doutorado, com uma carreira totalmente acadêmica, pode apresentar resultados a curto e médio prazo bem diferentes do de um docente engajado na Instituição, já comprometido com a proposta de trabalho, onde a continuidade de sua formação em nível de mestrado ou doutorado pode ser oportunizada pela própria Instituição a partir de demanda interna.

Além da formação em nível de mestrado e/ou doutorado, a pesquisa apontou para a necessidade de cursos de formação pedagógica orientados para a metodologia do trabalho em sala de aula, no campo de atuação de cada docente. Outro ponto que mereceu destaque foi o trabalho desenvolvido em forma de extensão universitária, que é uma novidade para a maioria dos professores. Seria uma formação permanente, que poderia preencher a lacuna da complementação didática e pedagógica prevista na LDB e não exigida pelo Ministério da Educação. Os cursos de Mestrado e Doutorado não são planejados para suprir a formação pedagógica do profissional e podem não satisfazer, sozinhos, as necessidades do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú.

Percebemos também, através das respostas obtidas na pesquisa, os anseios dos docentes de verem seu trabalho profissional valorizado, ou seja, a valorização docente se constitui em elemento essencial para o êxito de qualquer proposta educacional. Os professores querem principalmente que seja reconhecida a do seu papel de ator social responsável pelo desenvolvimento cultural e socioeconômico da nação.

Quanto aos impactos regionais deste processo de Ifetização, podemos somente fazer a previsão que, se tudo acontecer de acordo com as promessas governamentais, poderá ocorrer uma melhoria nos índices de escolaridade dos alunos, gerando, possivelmente, melhoria no desenvolvimento econômico-social, na qualidade de ensino regional e no atendimento às demandas locais. Como a implantação dos Institutos Federais é ainda muito recente, estas questões não puderam ser respondidas pelo presente estudo.

Os questionamentos surgidos a partir deste estudo abrem caminho para novas investigações a respeito da qualificação e capacitação de docentes para a nova realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em nível nacional. Programas de Mestrado e Doutorado que adotem a Pedagogia da Alternância, conforme é aplicada no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no qual foi desenvolvida esta pesquisa, dão possibilidade de capacitação a um maior número de pessoas em menor espaço de tempo. Uma das características da Pedagogia da Alternância é exatamente esta apontada acima: alternar momentos de capacitação com outros de trabalho efetivo nas escolas, possibilitando a inserção de um número maior de docentes nos programas de pós-graduação, uma vez que não necessitam de afastamento integral das atividades de aula. Assim, o mestrando tem, muitas vezes, a oportunidade de aprofundar seu conhecimento teórico e aplicá-lo imediatamente em seu campo de trabalho, sem dele se afastar completamente. A maioria dos mestrandos conta, somente, com uma pequena redução da carga horária de aulas. Como o Programa citado (PPGEA) foi elaborado para as necessidades de docentes e técnicos da educação profissional, cumpre seu papel focando especificamente nas necessidades e interesses, mais diretos, dos profissionais dessa área.

Constitui-se, portanto, em proposta inovadora que pode possibilitar a capacitação de muitos docentes que somente cursaram a graduação e, agora, se veem desafiados a ministrar aulas na educação superior. Esses docentes não podem e não querem se sentir inferiores aos novos profissionais que serão contratados com pós-graduação. Querem se capacitar para enfrentar o desafio. Por outro lado, os novos Institutos Federais também não podem autorizar

a saída em massa de seu corpo docente e técnico, em período de plena expansão. Somente um Programa que tenha as características acima descritas pode nos ajudar a enfrentar as novas demandas que estão surgindo.

Não se trata, aqui, de fazer apologia ao Programa, unicamente por estar nele inserido, até porque nosso trabalho junto PPGEA está quase terminado e, também, porque o próprio Programa não precisa disso, uma vez que seu mestrado já é suficientemente reconhecido. Trata-se, sim, de reconhecer e afirmar que esta é uma proposta inovadora de capacitação, que atende às necessidades que estão postas atualmente.

As pesquisas desenvolvidas junto aos docentes comprovaram a vontade de todos em se qualificar para não ficar em situação de inferioridade. A expansão da rede federal de educação profissional já é uma realidade, com instituições de tradição no ensino médio sendo, agora obrigadas a ministrar cursos de educação superior. Nas análises feitas, o Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, com sua metodologia fundamentada na pedagogia da alternância, se encaixa perfeitamente nesta complicada equação.

Para concluir, é importante destacar que a pesquisa se abre para novos questionamentos, devido ao prazo reduzido de implantação dos Institutos Federais e as instituições que a eles se integraram estarem, ainda, em período de adaptação. Recomenda-se que novos estudos sejam desenvolvidos acompanhando histórica e politicamente o desenrolar do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicada em 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 6.545. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Publicada em 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 4.024. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Publicada em 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 8.670. Dispõe sobre a Criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e da providencias como.** Publicada em 30 de junho de 1993.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 8.948. Dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e da providencias como.** Publicada em 8 de dezembro de 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº. 11.892. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providências.** Publicada em 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Decreto nº. 4.877**, de 13 de novembro de 2003. **Disciplina o processo de escolha de dirigentes n o âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2003.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154**, de 23 de junho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9393 de 29 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras providencias.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 2004.

BRASIL. **Decreto Nº. 5.224**, de 23 de outubro de 2004, **Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológicas e dá outras providencias.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 out. 2004.

BRASIL. **Portaria/MEC Nº. 156**, Estabelece os procedimentos para a realização, in loco, dos trabalhos de supervisão das atividades desenvolvidas pelas Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal e Centros Federais de Educação Tecnológicas. **Publicada em 19 de julho 2005.**

BRASIL. **Portaria/MEC Nº. 2.080**, Estabelecem, no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos. **Publicada em 13 junho de 2005.**

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Alcino. Metodologia Científica para Uso dos Estudantes Universitários.** 3ª ed. Editora McGraw-Hill Ltda., São Paulo: 1983. 250 p.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A questão da autonomia universitária**. Universidade e Sociedade. ANDES/SN, ano I, n. 2, p. 25-29, nov. 1991.
- DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. *Educação*. V 32, n. 2, p. 185-191, maio/agosto. Porto Alegre: 2009.
- DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares : Nobel, 1986. 175 p
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Autonomia universitária mais uma vez: subsídios para o debate**. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.) **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000a, p. 179-196.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Ensino Médio: Desafios e Reflexões**. Campinas: Papirus, 1994. (p.63-73).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45ª edição, Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 2007. 214 p.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Blumenau, 2009 disponível em: www.ifc.edu.br. Acesso em: 23 out. 2009.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio**. 4ª ed. Ed. Cortez: São Paulo, 2005.
- LIBANEO, J. Carlos; OLIVEIRA, j. Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisa, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados**. 2ª ed. Editora Atlas S.A., São Paulo: 1990.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados**. 6ª ed. Editora Atlas S.A., São Paulo: 2006.
- MARTINS, L. Dos S. (s/d) **Casa Familiar Rural – CFR – Formação a serviço da vida com dignidade no campo**. 2004. Texto cedido pela organização.
- NEVES, L. M. W. (1991). **A hora e a vez da escola pública? Um estudo sobre os determinantes da política educacional no Brasil de hoje**. Tese de (Doutorado e Educação) – programa de pós-graduação em educação na UFRJ, Rio de Janeiro.
- OTRANTO, Célia Regina, **A autonomia Universitária no Brasil: dádiva ou construção coletiva? O caso da Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro / Seropédica, RJ: EDUR, 2009.**
- PAMPLONA, Ronaldo Mendes. **As relações entre o Estado e a escola: um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil**. 2008. 143f. (Dissertação) Mestrado em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2008
- PASQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Éveline. **Formando professores profissionais**. 2ª ed. Ed Artmed: Porto Alegre, 2001

PEREIRA, Júlio Cezar Rodrigues. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1999.

SINGER, Isaac Bashevis. **A família Moskat**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

SOUZA, J. S. **Trabalho, Educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**/ José dos Santos Souza – Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (coleção educação contemporânea).

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, **Como entender e aplicar a nova LDB: Lei 9.394/96 / Paulo Nathanael Pereira de Souza, Eurides Brito da Silva**. – São Paulo: Pioneira, 1977. p.69-70).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 325 p

TAVARES, A. G. (Org.) **Universidade Tecnológica: Concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET – PR, 2006.

ANEXOS

*Entrevistas realizadas com docentes do
Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú*

Anexo 01

1 - Qual o seu cargo?

Diretor Geral

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Só analiso ponto positivo a transformação do colégio ate então oferece o ensino médio e técnico, passa atender a comunidade que a tantos anos anseia superiores cursos de graduação acho que nesse momento a transformação veio atender uma ansiedade da nossa população regional e local.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Na verdade nos estamos nesse momento oferecendo à comunidade a possibilidade dos nossos jovens, nossos estudantes da região fazer um curso de graduação sem precisar sair da região deles principalmente, o grande positivo que você faz o curso de graduação hoje numa instituição federal publica e de qualidade que e o mais importante

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

O ponto positivo que nos vamos ter mais uma universidade em Camboriú, então o antigo colégio agrícola 57 de existência em toda sua historia ofertava somente o curso técnico em agropecuária, hoje estamos oferecendo 6 cursos técnico na eminência 2010 mais três cursos de nível superior entre sistema de informação, tecnólogo em negócios imobiliários e licenciatura em matemática e a chamada publica vai apontar quais os cursos futuro para 2011, 2012 com isso em 5 a 6 anos teremos 8 a 10 cursos superiores com isso estamos atendendo o pedido e a ansiedade da comunidade pelo menos a mais de 10 anos de cobrança comunidade externa.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 02

1 - Qual o seu cargo?

Diretor de Ensino

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos primeiramente e que através de um instituto abre possibilidades para que a possa ser ofertada a comunidade não só cursos de ensino médio, proeja e técnicos mas também licenciatura, bacharelado e superior.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Inicialmente do corpo administrativo e docente temos que resgatar a ideia que nos podemos produzir e abrir mais espaços de extensão pé trabalhar com a comunidade, não que não existisse, mas que precisa agora porque passa ser um a cobrança enquanto instituto para estar atendendo a comunidade e abrindo cursos que também e outro desafio com qualidade principalmente, não basta ter o curso mas ter laboratórios a estrutura física o docente qualificado capacitado desde área básica ate a formação profissional especifica da área qual serão colocados os cursos.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Todos nos temos uma historia e agora começamos a fazer uma continuidade da historia com outros horizontes mais aberto que pouco a pouco essa parte dos 54 anos que escola teve ela vai ficando, vai se apagando porque vai aparecer novos cursos, novos horizontes informações e a área na qual, sendo a primeira escola de Santa Catarina quando foi constituída com ensino agrícola hoje já se observa um pouco a descaracterização em virtude da própria localidade ter turismo a parte de indústria e têxteis fuge um pouco da ideia inicial da criação da escola.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo reflexão dos professores, mas não basta só refletir dentro da instituição sem focar a necessidade da demanda regional, do comércio da industria enfim da agricultura com essa meta que IFETC está fazendo uma consulta pública nos próximos dias para trazer todos os seguimentos ligados a qualquer área de formação na região para trazer subsídios para refletir e amadurecer para posterior a implantação de novos cursos.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(x) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 03

1 - Qual o seu cargo?

Coordenador de Curso Ensino Médio

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos possibilidades de autonomia, trazer mais recursos para o Instituto.

Negativos perda da identidade vinculada a universidade vai se formar um grupo diferente causa uma certa insegurança em relação alguns direitos adquiridos, e outras vantagens anteriormente que tínhamos vinculados a UFSC

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Positivos como mudança de uma estrutura que servia para um publico de educação agrícola e agora abrimos possibilidades de novos cursos inclusive de cursos superiores esse e um grande impacto

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Eu acho que as principais perdas que nós tínhamos como direito garantidos em algumas etapas do nosso processo profissional e agora nós temos uma insegurança em relação ao futuro profissional isso não esta muito claro, essa identidade de ser funcionário da universidade e ter um plano de carreira da mesma nos dava uma certa segurança, agora nos perdemos um pouco

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos tender as necessidades da região aquilo que a nossa região tem necessidades mesmo nós teríamos alunos que não precisariam se deslocar para Florianópolis ou Blumenau outros municípios vizinhos.

Negativos talvez agora imediato seria com a infraestrutura para oferecer alguns cursos superiores

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 04

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a)01

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Novo horizonte que se apresenta em função de trabalhar com o 3º grau aumentando a oferta dos cursos, e contribuindo também com a inclusão social ampliando as possibilidades da comunidade estar cursando os cursos técnicos e 3º grau. Os negativos é a velocidade dessa nova realidade que está chegando para nós e a quantidade de dúvidas que estão aparecendo nesse processo de transição.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Eles irão focar principalmente na questão possibilidade de qualificação, formação e capacitação da comunidade.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Os colégios e escolas agrotécnicas tinham uma tradição no ensino profissional de segundo grau e ensino nível médio e agora com essa ampliação para o 3º grau, mas a médio e a longo prazo não se torne um problema.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Os pontos negativos e a falta de estrutura do quadro docente porque estávamos com uma vasta experiência porque fomos qualificados para trabalhar com ensino de nível médio e profissionalizante para trabalhar com nível médio e agora nos temos esta nova realidade do 3º grau, é um novo perfil de aluno, uma nova realidade e uma estrutura de pesquisa que vamos ter que correr atrás, uma estrutura organizacional das instituições que terão que se adaptar, mas acredito que tudo isso vamos conseguir superar.

Positivos

É a possibilidades de estar oferecendo e aproveitando o quadro docente como o técnico administrativo riquíssimo que temos nessas instituições e as estruturas também que muitas instituições ficam com a estrutura ociosas em alguns turnos caso específico noturno seria uma forma de otimizar essa estrutura riquíssima que se tem dentro das instituições federais de ensino.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 05

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 02

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Autonomia administrativa e financeira; Autonomia na criação de cursos; Autonomia na realização dos próprios concursos.

Negativos

Distancia entre os vários *campi*; Divergência de ideias (pensamentos) até a implantação definitiva, em função da natureza técnica de cada escola durante a sua vivência.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Desenvolvimento econômico para a cidade de Camboriú e região; Criação de muitos empregos diretos e indiretos; Melhoria da qualidade de vida da população da região, em função da extensão e pesquisa a serem desenvolvidas com a criação de cursos superiores no Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Possibilidade de continuação dos estudos dos nossos alunos;

Oferta de cursos com ensino de qualidade e gratuito;

Atendimento da demanda local, ou seja, não há necessidade dos interessados se deslocarem para outras regiões.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 06

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 03

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Possível ampliação de cursos oferecidos;

Possível ampliação de vagas para educandos.

Negativo

Incerteza quanto à efetivação do Instituto Federal Catarinense.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Maior oferta de vagas para educandos e maior oferta de empregos.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

SIM

NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

O Colégio Agrícola Camboriú sempre se caracterizou por um ambiente em que, bem ou mal, todos se conheciam e se relacionavam. A tendência é isto acabar e o ambiente se tornar impessoal.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Maiores oportunidades para cursar nível superior e maior reconhecimento regional da Instituição.

Negativo

Possível conflito entre alunos de curso superior e nível médio convivendo no mesmo ambiente.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

especialização

mestrado

doutorado

outros.

Quais _____

Anexo 07

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 04

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Autonomia, abertura de cursos superiores.

Negativo

Perda de identidade (inicialmente), conflito entre os *campi*.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Melhoria na qualidade de ensino regional, maior oferta de cursos superiores público, atendimento das demandas locais.

Maior desenvolvimento regional (efeito multiplicador).

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Não necessariamente é negativa, mas a comunidade precisa criar uma nova percepção da instituição.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Atendimento à demanda por cursos superiores públicos; Melhoria na qualidade de ensino; Possibilidades de ascensão dos professores de ensino médio para superior; Mais possibilidades para pesquisa.

Negativo

Dificuldade de entrosamento com alunos do nível técnico, possíveis conflito.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais _____

Anexo 08

1 - Qual o seu cargo?

Pró-reitor de ensino

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Aumento do número de servidores docentes e técnicos administrativos;

Autonomia financeira e administrativa;

Criação de cursos superiores.

Negativo

Aumento da carga de trabalho.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Atendimento das demandas locais na área do ensino e pesquisa com aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Mudança da estrutura administrativa;

Aumento de servidores docentes e técnicos administrativos;

Verticalização do ensino com novas oportunidades;

Aumento de funções gratificadas;

Aumento de oportunidades de estudo gratuito;

Desenvolvimento tecnológico regional.

Negativo

Aumento de carga de trabalho.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais: Formação de seu quadro de pessoal

Anexo 09

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 05

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Maior participação na decisão das ações a serem realizadas.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

A oferta de novos cursos de graduação em regiões/cidades onde as universidades federais não atuam.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Ao se desligar da Universidade Federal de Santa Catarina, o Colégio Agrícola de Camboriú deverá criar sua própria identidade, para ter seu valor reconhecido pela comunidade.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Na minha opinião os Institutos Federais deveriam oferecer apenas cursos nas áreas tecnológicas. As licenciaturas deveriam permanecer sob a guarda das Universidades Federais. Engenharias e bacharelados no campo das ciências, são áreas nas quais são formados os professores dos Institutos Federais.

As licenciaturas sendo ministradas por estes professores está diretamente ligada à pedagogia da prática é não da pedagogia reflexiva.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

(X) outros.

Quais: Em áreas pedagógicas e de educação.

Anexo 10

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 06

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Mais autonomia, contratações de servidores e professores e melhoria na estrutura.

Negativo

Falta de um planejamento melhor na transição.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

O melhor possível, oferecer cursos com demandas voltadas para cada região.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

SIM

NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

A principal seria a perda da identidade de apenas serem conhecidos como Colégios Agrícolas.

6 - Quais os pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Eu só vejo pontos positivos, apenas tenho receio quanto a falta de estrutura e o apoio que terão nos próximos governos.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

especialização

mestrado

doutorado

outros.

Quais: **Capacitação permanente do professor na área de atuação da sua disciplina.**

Anexo 11

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 07

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivo

Possibilidade de oferecer cursos de graduação e pós-graduação;

Aumento de vagas para ingresso em Universidades públicas.

Negativo

Insegurança por ser um plano de governo atual – PT, levando o próximo governo a apoiar ou não essa proposta.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Acesso da comunidade a uma vaga em uma instituição pública de ensino nas diversas categorias: Técnico, tecnólogo, licenciatura e engenharia.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

O reconhecimento e identidade dos próprios educandos.

O respeito do Colégio Agrícola de Camboriú pela comunidade externa e interna, bem como nacionalmente.

6 - Quais os pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo

A oferta de cursos superiores é um ponto positivo, pois a comunidade já solicitava cursos de graduação.

Negativo

Sobrecarga de trabalho se os profissionais não forem efetivados.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

() doutorado

() outros.

Quais: Profissionais que gostam do que fazem dar aula. Penso que a capacitação é a competência e o desejo de realizar um bom trabalho, não importando a titulação.

Anexo 12

1 - Qual o seu cargo?

Coordenadora Geral de Ensino

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Estimulo ao ingresso dos jovens no ensino superior;

Desenvolvimento econômico de Camboriú (Cidade Universitária);

Desenvolvimento social: aplicação de projetos de pesquisa e extensão.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Melhoria nos índices de escolaridade, fomento às áreas afins aos cursos criados e desenvolvimento econômico-social.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Não há uma perda e sim mudança de identidade, deixa-se de ser uma escola técnica para ser um centro de difusão de conhecimento e novas tecnologias.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Não vejo pontos negativos.

Democratização, disponibilidade de cursos a todas as parcelas sociais, pois os mais carentes não têm condições de estudar em universidades particulares ou ate mesmo na Universidade Federal de Santa Catarina.

Qualificação dos profissionais nas diversas áreas.

Estimulo à pesquisa e extensão.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

(X) outros.

Quais:

Pós-doutorado (estágio onde doutores de outras instituições possam contribuir na consolidação de linhas de pesquisa do Instituto Catarinense, com intercâmbio de informações).

A implantação dos Institutos Federais é um marco histórico, é a realização de sonhos de muitas comunidades.

Mas o papel desempenhado por estes centros de conhecimento, começa a ser escrito agora e só o futuro dirá a sua relevância. E esta relevância ou importância social será determinada pelas atitudes e ações das comunidades escolares dos Institutos Federais, uma principalmente pelas ações de suas lideranças.

Que historia queremos escrever?

Anexo 13

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 08

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Aumento de cursos superior;

Mais oportunidades para a comunidade (município e região);

Possibilitará mais pesquisa corpo docente e discente

Possibilitará aos servidores mais qualificação profissional;

Autonomia administrativa (mais que vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina).

Negativo

Incertezas no aspecto de investimentos com outra administração (governo federal);

Perca de identidade institucional.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Crescimento social (maior oportunidade para a comunidade);

Curso gratuitos, reverter para o município.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Necessidade de ser melhor que a antiga instituição. Tentar criar cursos que atendam a demanda profissional.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Aumentar oportunidades profissionais (principalmente pessoas que pagariam por um curso superior);

Aproveitamento das instalações físicas, atualmente há uma subutilização.

Mais pesquisas e extensão;

Mais facilidade de aperfeiçoamento.

Negativo

Diminuir o apoio aos curso técnicos.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 14

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 09

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Vejo apenas positivos nesta proposta de expansão do ensino, maior autonomia, novos cursos e um novo desafio.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Na verdade toda a comunidade ganha, ganha em qualificação (novas oportunidades), mais emprego a docentes, novos projetos de pesquisa e extensão.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Não vejo perda de identidade, vejo uma modernização.

6 - Quais os pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Vejo também somente pontos positivos, será maior qualificação e oportunidades a nossa região.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 15

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 10

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Possibilidade de novos cursos e novos níveis, por ex: superior;

Amplia número de vagas para professores e técnicos;

Deixa a nomenclatura de agrícola o que afastava candidatos.

Negativo

Distancia-se Universidade Federal de Santa Catarina.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Destaca a região no quesito qualidade/gratuidade educacional;

A médio e a longo prazo traz desenvolvimento não só econômico para a região.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Potencializa formação básica e profissional para toda a comunidade apta, com ensino público e de qualidade;

Exige do Instituto competência para suprir as necessidades dos cursos e garantir a continuidade dos mesmos;

Fortalece o Instituto Federal político-socialmente enquanto espaço também para formação superior.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

(X) outros.

Quais: Formação Permanente

Anexo 16

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 11

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Negativos

Perda de vínculo tecnológico com a Universidade Federal de Santa Catarina;

Perda da estrutura administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina, necessidade de montar essa estrutura. Esta verba poderia ser empregada muito melhor.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Criação de cursos superiores gratuitos, porém sem o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina. Estes cursos não iniciarão com a qualidade que teriam caso o vínculo existisse.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Para restabelecer a credibilidade o trabalho é longo. Sem o vínculo se torna ainda mais difícil com a necessidade de implantação “urgente” de novos cursos, pode se ganhar em quantidade e perder em qualidade.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Disponibilidade de C.S. para a população – gratuitos;

Trazer pesquisa para o Instituto Federal.

Negativo

Difícil coordenar objetivos técnicos e científico;

O internato ficar mais complicado;

Difícil integrar jovens com adolescentes;

Difícil integrar produção com pesquisa.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

(X) especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 17

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 12

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 18

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 13

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

O crescimento da Instituição, com a abertura de novos cursos;

A possibilidade de crescimento profissional de todos os membros da comunidade escolar.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Com a abertura de novos cursos, é provável haja uma elevação do nível de profissionalização nas atividades econômicas na região.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Provavelmente, estas perdas serão apenas de ordem afetiva para os integrantes mais antigos e talvez, para o curso técnico de agropecuária.

6 - Quais os pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo

Mais oportunidades para mais pessoas.

Negativo

Banalização do ensino superior, com queda na qualidade do ensino e formação de profissionais menos qualificados.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

(X) especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais: **Especifica para cada área dos cursos.**

Anexo 19

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 14

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivo

Desenvolvimento local cursos em demanda regional

Negativo

Perda da identidade institucional “histórica”.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Atendimento da comunidade em oferta dos cursos superiores.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

A perda da relação ensino aprendizagem “aprender a fazer fazendo”.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo

Oferta de cursos superiores gratuitos para as comunidades envolvidas;

Melhor aproveitamento da estrutura física.

Negativo

Inicialmente, a qualidade de ensino pode ser alterada.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 20

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 15

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivo

Ampliação da cadeia de ensino (superior), independência na elaboração de cursos novos.

Negativo

Inexperiência de alguns em ensino superior.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

A oferta de novos cursos poderá melhorar a qualificação profissional e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de mão de obra.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais conseqüências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Tal oferta gerará maior amplitude de conhecimento para a região, além da formação de profissionais que o mercado regional possui demanda.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 21

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 16

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivo

Independência acadêmica, financeira e administrativa.

Negativo

Centralização exagerada.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Mudanças sociais, culturais e políticas.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

CAOS se os dirigentes não se comprometerem com a nova realidade.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo

A região é carente em cursos que atenda a população como um todo.

Negativo

Haverá interferência política.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 22

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 17

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

A possibilidade da criação de cursos superiores;

O desenvolvimento da pesquisa científica.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

O ensino superior público, gratuito e de qualidade possibilitará aos jovens e adultos da região a formação profissional que só podiam ter na capital.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

O único ponto negativo é a discrepância entre as exigências do MEC em relação à avaliação dos cursos superiores, no que tange a qualificação dos docentes, e a realidade atual.

Outro aspecto em relação a esse ponto é a dedicação exclusiva do docente ao curso.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 23

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 18

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

A autonomia da instituição é o principal ponto positivo, entretanto, me parece que falta estrutura em vários aspectos, para que se constitua a referida autonomia.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Acredito que haja um crescimento bastante considerável em função dos cursos oferecidos.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Acredito que a criação dos cursos deveria ser mais discutida com a comunidade. Além disso, receio que alguns cursos ofertados não correspondem a necessidade da região. Isso porque outras unidades estão investindo no mesmos cursos.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 24

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 19

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Não tenho uma posição formada.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Não refleti sobre esta situação.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Não vejo qualquer ponto negativo. A instituição só tende a crescer em todos os sentidos e a comunidade só tem a ganhar.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 25

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 20

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

De um modo geral, essa nova concepção é muito recente. Essa fase embrionária não permite refletir muito.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Não sei responder o tempo e a organização e que dirão se os objetivos proposto terão valia.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Essa escola tem uma tradição muito grande na comunidade pelo seu tempo de existência. É preciso tempo para fixar uma nova ideia.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Aumenta a oferta e facilita o acesso;

Mais profissionais no mercado, porém deve-se ficar atento a qualidade dos curso;

Que a instituição ofereça cursos com real necessidade no mercado atual;

Que se façam necessário para o anseio da região.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 26

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 21

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivo

Oferta de cursos em todos os níveis.

Negativo

Falta de estrutura física e de pessoas qualificadas

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Altamente positivos.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Desvinculação legislações.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Atender a demanda da população sem acesso à educação.

Negativo

Falta de docentes com titulação

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 27

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 22

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Espera-se maior autonomia na criação de novos cursos ainda que parem dúvidas acerca de como se dará o processo de gestão mais ou menos centrado na reitoria.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Incremento significativo na oferta de cursos, chegando-se a vislumbrar impactos sobre os cursos pagos e até concorrência entre o Instituto Federal catarinense e o Instituto Federal de Santa Catarina e outras escolas públicas.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Necessidade de nova dinâmica que incorpore a oferta diversificada de cursos, incluindo os novos níveis e modalidades.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivo

Atendimento as demandas da comunicação, fortalecimento da pesquisa e extensão, aproveitamento do potencial instalado, novos investimentos e melhoria no ambiente organizacional.

Negativos

Eventual perda de foco, dificuldade de consolidação de uma cultura institucional que integre os novos cursos com a atual clientela.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

(X) outros.

Quais: Cursos orientados metodologias de pesquisa e extensão. Permanece entretanto, a dúvida acerca da participação dos antigos docentes nos cursos superiores.

Anexo 28

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 23

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Ampliação do número de cursos, alunos, professores e técnicos administrativos.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Contribui para o desenvolvimento da região, oportuniza aos jovens tanto da região, quanto de fora, a dar continuidade aos estudos.

Aumenta a especulação imobiliária da região

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os pontos positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Amplia a oferta do ensino superior público gratuito à população;

Estimula o desenvolvimento de pesquisa científica de nível superior.

Negativo

Reflexos sociais negativos (violência, trânsito e etc.) em virtude do aumento da população

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 29

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 24

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Possibilidade de ampliação dos cursos técnicos;

Implantação de cursos de nível superior e de cursos de pós-graduação;

Melhoria da qualidade de ensino dos cursos existentes;

Incentivo a pesquisa científica.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Acredito que regionalmente o impacto será positivo visto que novos cursos serão oferecidos atendendo as necessidades da população regional, podendo com isto cursar cursos de nível superior.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Na minha opinião tem-se somente pontos positivos, visto que atenderá as demandas regionais, não precisando deslocar-se a longas distâncias para obter cursos de boa qualidade. Além disto, um povo mais instruído é um povo mais crítico e evoluído.

Com relação a instituição acho muito interessante ofertar cursos superiores aumenta a qualidade de ensino, a instituição evolui e o corpo docente tende a reciclar-se. Desta maneira, ainda possibilitamos melhorias nos curso técnicos já existentes.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 30

1 - Qual o seu cargo?

Coordenador de Zootecnia

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade;

Maior oferta de matrículas;

Concorrência positiva com as particulares com isso maior dedicação das instituições;

Aculturamento da região

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Desenvolvimento econômico e social da região;

Maior divulgação da cidade de Camboriú;

Oferta de vagas para estudantes locais diminuindo os custos dos pais.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Diversificação na oferta de novos cursos na região;

Integração dos estudantes do 2º grau com o superior;

Maior dedicação dos estudantes do 2º grau para atingir o superior através do ENEM;

Para o estudante de 2º grau é um degrau para o superior;

Conflito de idade.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 31

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 25

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Cursos superiores e pós-graduação autonomia administrativa, maior proximidade do Instituto Federal Catarinense com a comunidade.

Negativo

Sendo uma instituição recém criada tudo está por fazer é a comunidade docente está muito apreensiva com falta de verba.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Existe a possibilidade de criação de cursos adequando a realidade da região trazendo progresso e ganhos científicos e tecnológicos a cidade onde esta instalado o Instituto Federal catarinense e cidades vizinhas.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Oferta de ensino gratuito de excelente qualidade que atende a demanda regional com oferta de profissionais qualificados;

O intercâmbio entre o curso técnico e o superior.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 32

1 - Qual o seu cargo?

Coordenador da casa (internato)

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Que a o Instituto poderá receber investimento para novos cursos, infra-estrutura, contratação e formação de pessoal docente e técnico administrativos (uma injeção de ânimo, um provocação, um desafio),

Negativo

Entendo que baseado na historia política dê te país, que isso pode estar atendendo à interesse não tão perceptíveis no momento e que mais tarde poderemos nos arrepender de termos deixado o vínculo com a UFSC, cujo conceito reputação e identidade são devidamente reconhecidos na esfera nacional e, talvez, até fora do país.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Acredito que, mantidas as promessas, a região poderá ser favorecida pela criação de novos cursos técnicos, tecnológicos e superiores, contribuindo para seu desenvolvimento, e, a região tem carência de entidades que possam oferecer oportunidades de formação de qualidade e gratuita (o ensino regional é caríssimo e acessível a uma parcela privilegiada da sociedade).

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Haverá que se construir uma nova identidade, já que o Instituto Federal Catarinense é uma instituição nova no estado, baseada em resultados que seguramente, estarão na dependência de investimento em infra-estrutura, divulgação, contratação e formação de pessoal docente e técnico administrativo.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

A região poderá contar com cursos superiores gratuitos, supostamente atendendo às necessidades regionais e, também, supostamente de qualidade;

A própria sociedade local poderá ajudar a definir quais curso devem ser ofertados;

A escola já possui certa infra-estrutura que naturalmente pode beneficiar algum tipo de curso (agropecuária, informática, agronegocios, agroindústria, muito espaço para expansão).

Negativo

A possibilidade de serem implantados cursos de forma atropelada, sem a devida infra-estrutura prévia (incluindo pessoal técnico administrativo e docente)

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais: Formação continuada nas áreas técnicas e de educação.

Anexo 33

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 26

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Oferta de novos cursos técnicos;

Criação de cursos superiores e especializações;

Autonomia nas questões financeiras.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Melhoria na qualidade de vida na região e na educação;

Presença do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú trazendo oportunidades de ensino gratuito e de qualidade para nossa comunidade e região com cursos técnicos e superiores que atendam as necessidades da nossa região.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

() SIM

(X) NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Ingresso ao ensino superior para os alunos que querem fazer carreira;

Oportunizar as pessoas carentes, já que é uma escola pública;

Desenvolvimento do município e da região;

Através da pesquisa podemos encontrar alternativas que possam melhor atender a região, nas mais diversas áreas.

Negativo

Temo pela queda de qualidade de ensino dos cursos técnicos e médio.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

(X) mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 34

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 24

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Maior autonomia financeira;

Mais vagas no ensino superior; mais bolsa para pesquisa.

Negativo

Perda de status de Universidade;

Mais trabalho com menos servidores.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Impacto positivo, pois com a ifetização nos equiparamos a uma universidade oferecendo cursos de graduação e tecnológico para a população.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

São mais de 50 (cinquenta) anos ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, desligar-se será um parto difícil e de longa duração.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Atender a região, pois não há cursos gratuitos e de qualidade;

Expansão de pesquisa e extensão;

Atender as especificidades regionais.

Negativos

Não haverá servidores suficientes;

Poderá haver sucateamento da educação;

Limitação de investimentos no quadro de servidores a médio e em longo prazo.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 35

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) e coordenador de mecanização

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Ter curso superior na escola e o aumento do quadro funcional.

Negativo

A escola fica mais sujeita a ações políticas partidárias.

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Com a implantação dos cursos superiores haverá crescimento econômico dos municípios próximos;

Implantação de cursos para atender as demandas regionais.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

Melhoria da imagem da escola, se transformando em uma instituição de ensino superior.

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Atende às demandas regionais;

Oxigenação do quadro funcional da escola.

Negativos

Demora na contratação de novos professores e funcionários;

Demora na melhoria da infra-estrutura da escola.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

(X) doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 36

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 25

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

Positivos

Oferta de cursos superiores;

Aumento do quadro de professores;

Maiores possibilidades de recursos vindos do governo federal.

Negativos

Talvez a infra-estrutura não consiga atender à demanda (biblioteca, salas de aula, refeitório, computadores e laboratórios).

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

Formação de profissionais que atendam aos arranjos produtivos locais;

Maior acesso da população à cursos superiores;

O que pode gerar maior grau de satisfação pessoal, resultando (quem sabe), em cidadão mais produtivos e felizes.

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

SIM

NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

Positivos

Aumento do quadro efetivo, tanto de professores quanto de funcionários;

Maiores possibilidades de recursos e de parcerias para pesquisa;

Desenvolvimento de pesquisas científica e tecnológicas de qualidade.

Negativos

Caso a entrada de professores é funcionários não seja suficiente para atender ao aumento de trabalho, isso poderá acarretar em prejuízos ao Instituto Federal Catarinense.

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

especialização

mestrado

doutorado

outros.

Quais:

Anexo 37

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 26

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 38

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 27

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

() doutorado

() outros.

Quais:

Anexo 39

1 - Qual o seu cargo?

Professor(a) 28

2 – Quais os pontos POSITIVOS E NEGATIVOS com relação à integração da escola ao IFET?

3 - Quais os impactos regionais nesse processo de Ifetização?

4 - Com relação a integração ao IFET, há uma perda de identidade da instituição?

(X) SIM

() NÃO

5 – Se Sim, quais seriam as principais consequências dessa perda de identidade?

6 - Quais os ponto positivos e negativos em relação à oferta de cursos superiores?

7 – Para ofertar cursos superiores, há necessidade de qualificação docente. Qual tipo de qualificação e/ou capacitação necessária para seu Instituto fazer frente a esta nova realidade?

() especialização

() mestrado

() doutorado

() outros.

Quais: